REVISTA DA APM

Publicação da Associação Paulista de Medicina

Maio de 2008
Nº 589

ATÉ QUANDO?

Saúde é motivo de disputa política na Câmara Federal

Supremo aprova pesquisa com células-tronco

Uma posição conquistada com qualidade e competência.

...e com material humano da melhor qualidade.

Unidade Paraíso
✆ 11 5576-7878
R. Correia Dias, nº 48
(100m do Metrô Paraíso)

Unidade Moema
✆ 11 3578-4997
R. Araguari, 552
(próx. Av. Santo Amaro)

Unidade Morumbi
✆ 11 3502-2731
R. Algemesi, 76
(trav. R.José Ramon Urtiza)

Desde sua fundação em 1981, **Salomão & Zoppi** aplica uma perfeita combinação entre os mais modernos recursos tecnológicos e os melhores profissionais do segmento de medicina diagnóstica para oferecer aos seus pacientes um atendimento com qualidade técnica e humana incomparável.

O resultado dessa dedicação e trabalho associado ao grau de confiabilidade dos seus diagnósticos, torna-o referência em seu segmento no Brasil.

Salomão & Zoppi se dedica com profundidade à análise e diagnóstico nas áreas de Anatomia Patológica, Citopatologia, Colposcopia, Medicina Laboratorial, Biologia Molecular, Citogenética, Imagem, Cardiologia, Endoscopia, possuindo ainda um Centro especializado em Mama.

Como retribuição por sua liderança, ainda promove regularmente junto à comunidade médica e dos profissionais da área de medicina diagnóstica cursos e palestras sobre relevantes temas, ministrados em um moderno auditório em sua sede.

SZ SALOMÃO & ZOPPI
medicina diagnóstica

www.lsz.com.br - Central de Atendimento: (11) **5576-7878**

REVISTA DA APM

Publicação da Associação Paulista de Medicina
Edição nº 589 – Maio de 2008

REDAÇÃO
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 278
Cep 01318-901 – São Paulo – SP
Fones: (11) 3188-4200/3188-4300
Fax: (11) 3188-4369
E-mail: comunica@apm.org.br

Diretores Responsáveis
Nicolau D'Amico Filho
Roberto Lotfi Junior

Editor Responsável
Ulisses de Souza – MTb 11.459–SP

Editora
Luciana Oncken – MTb 46.219–SP

Repórteres
Carla Nogueira
Leandro de Godoi

Editor de Arte
Leandro Deltrejo

Capa
Foto: Agência Brasil

Colaborador
André Barbosa (Ilustrações)

Projeto e Produção Gráfica
Cubo Editorial e Notícias
ulisses@ecubo.com.br

Fotos: Osmar Bustos
Revisora: Thais Oncken
Secretaria: Rosenaide da Silva
Assistente de Comunicação:
Fernanda de Oliveira

Comercialização
Departamento Marketing da APM
Fones: (11) 3188-4296/3188-4298
Fax: (11) 3188-4293

Periodicidade: mensal
Tiragem: 30 mil exemplares
Circulação: Estado de São Paulo
(Inclui **Suplemento Cultural**)

Portal da APM
www.apm.org.br

Nicolau D'Amico Filho Roberto Lotfi Jr.

APRESENTAÇÃO

Saúde: financiamento e qualidade

Infelizmente, mais uma vez, a Saúde virou problema político em nosso país. A aprovação da Emenda Constitucional (EC) 29 não foi possível ainda por causa da iniciativa do governo federal em inserir em seu bojo uma nova modalidade de CPMF, a Contribuição Social para a Saúde (CSS).

Até o fechamento desta edição, adiado em virtude de sucessivas tentativas de votação no Congresso, não havia certeza da aprovação ou não da EC- 29, que já tramitou pela Câmara e pelo Senado. Retornaremos ao assunto na próxima edição.

Mas há um ponto positivo. A tentativa do MEC, ainda tímida, em supervisionar cursos de Medicina que não obtiveram índices satisfatórios em processos avaliativos. Três escolas, das 17 que serão inspecionadas, são paulistas. Nesta edição, focamos o assunto e incluímos reportagem sobre o debate que entidades médicas promoveram na USP, no simpósio "O Futuro das Escolas Médicas no Brasil".

Boa Leitura!

Nicolau D'Amico Filho** e **Roberto Lotfi Jr.
Diretores de Comunicação

CONTEÚDO

3 Apresentação
4 Editorial
6 Radar Médico
10 Pesquisa

Foto: Agência Brasil

Supremo autoriza pesquisa com células-tronco

12 CAPA
Escolas Médicas

17 Cursos de Medicina
19 Turismo
22 Política Médica
26 Defesa Profissional
28 Artigo
30 Opinião
32 Dúvidas Contábeis
33 Agenda Científica
34 Agenda Cultural
38 Produtos & Serviços
39 Literatura
40 Por Dentro do SUS
44 Classificados

Jorge Carlos Machado Curi
PRESIDENTE DA APM

EDITORIAL

Mais saúde, menos impostos

No fim de maio, a Associação Paulista de Medicina, a Associação Médica Brasileira, o conjunto das entidades médicas e a Frente Parlamentar da Saúde mais uma vez se manifestaram no Congresso Nacional, em Brasília, pela regulamentação da Emenda Constitucional 29. Exigimos, unanimemente, a imediata aprovação do projeto de lei, de autoria do senador Tião Viana, já aprovado no Senado, que estipula os investimentos que realmente podem ser computados no orçamento da saúde.

Faz anos, infelizmente, que vários estados e municípios não honram devidamente o financiamento legal a que a saúde tem direito. Muitos incluem no orçamento do setor despesas indevidas, como merenda escolar, saneamento básico e tantas outras. Claro que são áreas importantes também, no entanto, a destinação de verbas deve vir de rubricas próprias. E não da saúde que sofre historicamente de escassez de recursos.

O projeto de regulamentação da EC-29 estabelece, simultaneamente, a necessária progressão das aplicações do Governo Federal no financiamento à saúde. A idéia é de progressão paulatina até atingir o patamar de 10% da receita orçamentária, o que redundará em aumento do financiamento em torno de 24 bilhões em quatro anos. Isso dará algum fôlego para a saúde, mas não resolverá todos os problemas, é óbvio.

Para municípios e estados, tudo permanece igual: os primeiros têm de aplicar 15%, aliás, freqüentemente investem mais; já os estados devem, por lei, destinar 12%. Neste caso, contudo, há um grave problema: aproximadamente metade deles não destina nem 8%. É uma questão que tem de ser resolvida com a regulamentação mais rígida e/ou juridicamente, se necessário.

Enfim, temos a consciência de que o financiamento continuará insuficiente. Só para ter uma idéia, a Frente Parlamentar de Saúde divulgou, dias atrás, dados estarrecedores sobre os investimentos no setor. Em relação ao percentual do PIB, novamente estamos nos últimos lugares: a aplicação fica em 7% do PIB, sendo o gasto público somente 3,5% do PIB, e o gasto federal, irrisórios 1,8% do PIB. Enquanto isso, os Estados Unidos aplicam 15,4% do PIB, ou US$ 6.000 per capita; o Canadá, 9,8%, ou US$ 3.000 per capita; a Argentina, 9,6%, ou US$ 383 per capita; o Uruguai, 8,2%, ou US$ 315 per capita.

Naturalmente esse pífio financiamento compromete a gestão, levando à precarização da saúde. O resultado é o retorno de várias epidemias já resolvidas no passado, como a febre amarela, malária e a dengue. De outro lado, nos hospitais e postos de saúde, a realidade é caótica, filas intermináveis, pacientes jogados nos corredores, falta de equipamentos, entre tantas outras mazelas.

É verdade que a medicina brasileira segue pujante, apresentando programas de qualidade como, por exemplo, o de combate à Aids e o de transplante de órgãos. Mas isso não basta para vencer o mal crônico do descaso de políticos e maus gestores.

Na ida ao Congresso Nacional, observamos um consenso pela regulamentação da EC-29 e o melhor financiamento para a saúde. O que, ainda bem, não é consenso é a absurda proposta do governo federal de resgatar a CPMF, agora rebatizada de Contribuição Social da Saúde - CSS.

Num momento em que o Estado bate recordes de arrecadação tributária, é incabível falar em criação de novos impostos. A população, tenho certeza, não aceitará tal engodo.

A saúde é prioridade para o povo brasileiro, assim como a desoneração da carga tributária. Esta última favorecerá a maior produtividade, o que gera emprego e renda. Esperamos que os governantes sejam sensíveis a essas expectativas, e coerentes. Que isso seja expresso na aprovação de leis que realmente melhorem o financiamento da saúde e não com subterfúgios que só prejudicarão os cidadãos brasileiros.

DIRETORIA ELEITA - DIRETORIA 2005-2008
Presidente: Jorge Carlos Machado Curi
1º Vice-presidente: Florisval Meinão
2º Vice-presidente: Paulo De Conti
3º Vice-presidente: Donaldo Cerci Da Cunha
4º Vice-presidente: Luís Fernando Peixe
Secretário Geral: Ruy Y. Tanigawa
1º Secretário: Renato Françoso Filho

DIRETORES
Administrativo: Akira Ishida; **Administrativo Adjunto**: Roberto de Mello; **1º Patrimônio e Finanças**: Lacildes Rovella Júnior; **2º Patrimônio e Finanças**: Murilo Rezende Melo; **Científico**: Alvaro Nagib Atallah; **Científico Adjunto**: Joaquim Edson Vieira; **Defesa Profissional**: Tomás Patrício Smith-Howard; **Defesa Profissional Adjunto**: Jarbas Simas; **Comunicações**: Nicolau D´Amico Filho; **Comunicações Adjunto**: Roberto Lotfi Júnior; **Marketing**: Ronaldo Perches Queiroz; **Marketing Adjunto**: Clóvis Francisco Constantino; **Eventos**: Hélio Alves de Souza Lima; **Eventos Adjunto**: Frederico Carbone Filho; **Tecnologia da Informação**: Renato Azevedo Júnior; **Tecnologia da Informação Adjunto**: Antonio Ismar Marçal Menezes; **Previdência e Mutualismo**: Alfredo de Freitas Santos Filho; **Previdência e Mutualismo Adjunto**: Maria das Graças Souto; **Social**: Nelson Álvares Cruz Filho; **Social Adjunto**: Paulo Cezar Mariani; **Ações Comunitárias**: Yvonne Capuano; **Ações Comunitárias Adjunto**: Mara Edwirges Rocha Gândara; **Cultural**: Ivan de Melo Araújo; **Cultural Adjunto**: Guido Arturo Palomba; **Serviços**: Paulo Tadeu Falanghe; **Serviços Adjunto**: Cristião Fernando Rosas; **Economia Médica**: Caio Fabio Camara Figliuolo; **Economia Médica Adjunto**: Helder de Rizzo da Matta; **1º Diretor Distrital São Caetano do Sul**: Delcides Zucon; **2º Diretor Distrital Santos**: Percio Ramon Birilo Becker Benitez; **3º Diretor Distrital São José dos Campos**: Silvana Maria Figueiredo Morandini; **4º Diretor Distrital Sorocaba**: Wilson Olegário Campagnone; **5º Diretor Distrital Campinas**: João Luiz Kobel; **6º Diretor Distrital Ribeirão Preto**: João Carlos Sanches Anéas; **7º Diretor Distrital Botucatu**: Noé Luiz Mendes de Marchi; **8º Diretor Distrital São José do Rio Preto**: Pedro Teixeira Neto; **9º Diretor Distrital Araçatuba**: Margarete de Assis Lemos; **10º Diretor Distrital Presidente Prudente**: Enio Luiz Tenório Perrone; **11º Diretor Distrital Assis**: Carlos Chadi; **12º Diretor Distrital São Carlos**: Luís Eduardo Andreossi; **13º Diretor Distrital Barretos**: Marco Antônio Teixeira Corrêa; **14º Diretor Distrital Piracicaba**: Antonio Amauri Groppo

CONSELHO FISCAL
Titulares: Antonio Diniz Torres, Braulio de Souza Lessa, Carlos Alberto Monte Gobbo, José Carlos Lorenzato, Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho. **Suplentes:** Krikor Boyaciyan, Nelson Hamerschlak, Reinaldo Antonio Monteiro Barbosa, João Sampaio de Almeida Prado.

Associação Paulista de Medicina
Filiada à Associação Médica Brasileira

SEDE SOCIAL:
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 278 – CEP 01318-901
São Paulo – SP – Fones: (011) 3188-4200/3188-4300

MÉDICO

VOCÊ PODE TER SULAMÉRICA
E UNIMED PAULISTANA
POR UM PREÇO QUE TAMBÉM FAZ
BEM PARA A SUA SAÚDE.

Graças à parceria da APM com a SulAmérica e a Unimed Paulistana, você pode ter um plano de saúde coletivo por adesão com preços e vantagens exclusivos. Esses benefícios você só encontra na Qualicorp.

Ligue e confira:
11 3016 8837

ANS nº 000043

ANS nº 301337

QUALICORP
CORRETORA DE SEGUROS

SulAmérica
associada ao ING

Unimed
Paulistana

PARA A ADESÃO, É NECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO LEGAL COM A SUA ENTIDADE DE CLASSE. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS POR ADESÃO, COM REGRAS CONTRATUAIS DISTINTAS DOS PLANOS INDIVIDUAIS. EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CONSU Nº 14/98 (AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS).

INFORMAÇÕES RESUMIDAS. CONDIÇÕES CONTRATUAIS DISPONÍVEIS PARA ANÁLISE ATRAVÉS DO TELEFONE DESTE ANÚNCIO. MAIO/2008.

APM promove debate sobre defesa profissional

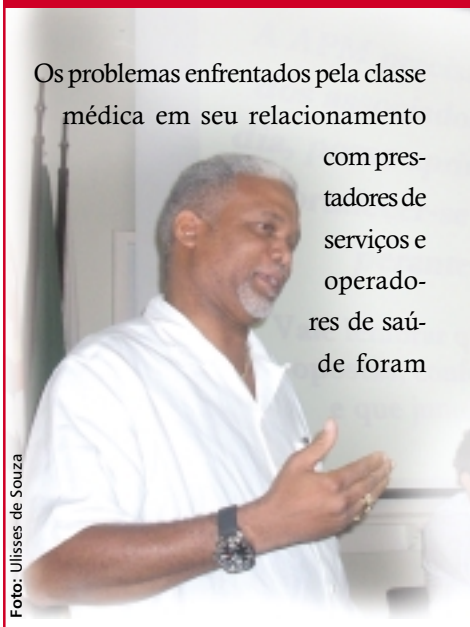


Foto: Ulisses de Souza

Os problemas enfrentados pela classe médica em seu relacionamento com prestadores de serviços e operadores de saúde foram discutidos, na segunda quinzena de abril, na APM. Tomás Patrício Smith-Howard, diretor de Defesa Profissional, classificou a iniciativa da entidade como um incentivo à discussão dos interesses dos médicos.

"A APM está voltada a auxiliar nas dificuldades que a classe médica enfrenta e a reunião é apenas o início do nosso diálogo para intensificarmos nossas relações com as operadoras e, dessa forma, deixá-las a par do que a classe médica precisa", disse o diretor.

Abramge elogia iniciativa

O presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), Arlindo de Almeida, disse que "foi um bom começo para os diretores colocarem, de forma séria e significante, os problemas que a classe médica vem enfrentando". Ele afirmou que a Abramge está aberta ao diálogo. "Sabemos que os médicos têm a vida sacrificada, com várias dificuldades, como baixa remuneração, e a melhor maneira de chegarmos a um consenso é o diálogo", afirmou.

Donaldo Cunha recebe título de Cidadão Mariliense

O médico Donaldo Cerci Cunha, 3º vice-presidente da APM, recebeu em maio o título de Cidadão Mariliense, outorgado pela Câmara Municipal de Marília (SP). O projeto de autoria do advogado e vereador Herval Rosa Seabra (PDT) faz menção aos relevantes serviços prestados por ele na área da saúde do município.

O plenário da Câmara esteve lotado de profissionais ligados à área da Saúde, principalmente da Faculdade de Medicina de Marília (Famema). E vários foram os feitos protagonizados por Donaldo em defesa da faculdade, e lembrados por outros profissionais, como o conselheiro da OAB, Antonio Carlos Roselli, que escreveu em um jornal da cidade sobre o título recebido pelo médico.

Roselli lembrou um fato ocorrido há trinta anos, quando Donaldo "juntamente com outros professores abnegados abriram mão de seus salários num supremo esforço para que a Famema não fechasse". Lembrou também a maneira como Donaldo convenceu o então governador Orestes Quércia sobre a necessidade de socorrer o Hospital das Clínicas.

O presidente da regional da APM de Marília, Reinaldo José Rafaelli, escreveu no boletim da entidade sobre a "dedicação e luta pela classe médica através da participação ativa de Donaldo na APM Marília e APM São Paulo há vários anos".

O vereador Herval Seabra disse em tom emocionado que a Famema sempre se constituiu em um dos projetos de vida de Donaldo e que ele "merecia hoje estar à frente da escola no cargo de diretor".

Donaldo, ao agradecer a homenagem, disse que nos seus 40 anos de medicina nunca buscou os cargos que ocupou nesse período e ocupa atualmente, ou a eles se ofereceu "com propósito personalista".

Vista parcial do plenário da Câmara

"Eles aconteceram por convites de dirigentes da Famema ou da Fumes e de colegas da Associação Médica Brasileira (AMB) e da APM. E me orgulho da confiança que mereci", concluiu.

Uma rádio para pessoas interessantes.

ALPHA FM sintonizada com tudo o que acontece de relevante na informação, na música e na cultura.

ALPHA FM

101,7 MHz

MUITO MELHOR COM VOCÊ

www.alphafm.com.br

Instituto do Câncer é inaugurado em São Paulo

Foto: Thaís Ribeiro

O Instituto do Câncer de Saúde "Octávio Frias de Oliveira", inaugurado em maio, é o maior hospital especializado do segmento na América Latina.

O hospital passou a oferecer, de imediato, atendimento ambulatorial a pacientes já com o diagnóstico da doença em oncologia clínica e ginecológica, quimioterapia e 12 leitos de Unidade Terapia Intensiva (UTI). Também terá à disposição unidades de apoio na área de nutrição, SAME, vestiários, refeitório, central de almoxarifado, farmácia e rouparia.

O complexo hospitalar é altamente moderno e bem distribuído em 24 andares. Terá como gestora a Faculdade de Medicina da USP. Os investimentos foram em torno de R$ 270 milhões, em obras e equipamentos.

O professor titular da Faculdade de Medicina da USP e diretor geral do novo hospital, Giovanni Guido Cerri, afirmou que o Instituto tem como missão ser referência no tratamento e controle do câncer. "Este hospital nasceu da parceria estreita do governo e faculdade. Fizemos com grande entusiasmo e hoje é uma emoção muito grande estarmos aqui inaugurando este complexo de saúde", disse Cerri no dia da inauguração.

TELESAÚDE

Brasil na OMS

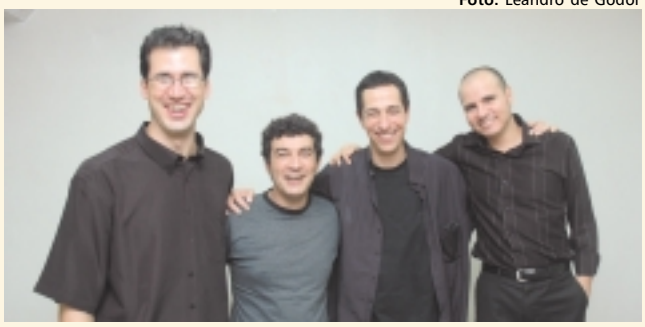
O Brasil foi eleito para integrar o Comitê Executivo da Organização Mundial da Saúde (OMS), órgão responsável pelas decisões máximas da entidade. O anúncio foi feito pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que adiantou que o país vai sediar, em novembro, a Conferência Internacional sobre os Objetivos do Milênio. Na mesma ocasião, serão comemorados os 20 anos da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), os 30 da Declaração de Alma-Ata, em que os países-membros da ONU se comprometeram a fortalecer a atenção primária à saúde, e os 15 do Programa Saúde da Família (PSF).

José Gomes Temporão

Clube do Jazz

Groove e Swing

Foto: Leandro de Godoi



O Clube do Jazz da APM recebeu, no final de abril, os músicos Daniel Grajew (piano e sintetizador), Márcio Negri (saxofone), Richard Montano (bateria) e Guy Sasso (contrabaixo), que é coordenador artístico do projeto, para uma noite com muito groove e swing. Durante o show, Sasso mediou o tradicional bate-papo sobre música entre os artistas e a platéia. O tema da noite foi "Groove – O balanço mágico dos ritmos". "O groove funciona como uma locomotiva", exemplificou Guy. No programa, os músicos interpretaram – e improvisaram – com choro, samba, baião, jazz swing, blues, afoxé, funk, latin jazz e, até mesmo, com o baião.

TELESAÚDE

Repasses do SUS

O deputado federal, Rafael Guerra, apresentou parecer favorável à proposta que reajusta repasses do SUS. Assim, o assunto deverá ser votado em breve pela Comissão de Seguridade Social e Família, onde tramita o projeto de lei de autoria do deputado Fernando Coruja (PPS-SC), A proposta obriga o SUS a atualizar anualmente o valor destinado a estados e municípios para o pagamento do Piso da Atenção Básica (PAB). O autor sugere que essa atualização seja feita por meio do índice de preços em saúde medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da USP.

Rafael Guerra

1908-2008
100 ANOS
IMIGRAÇÃO
JAPÃO BRASIL

Criação APM

CONGRESSO MÉDICO DO CENTENÁRIO

Brasil-Japão

São Paulo, 19 e 20 de junho de 2008

MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA
Av. Auro Soares de Moura Andrade, 664 - Portão 15
Barra Funda - São Paulo, SP

APOIO

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
CONSULADO GERAL DO JAPÃO
imprensaoficial
FUNDAÇÃO MEMORIAL
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
GAE

HOTEL OFICIAL

BLUE TREE TOWERS
FARIA LIMA

PATROCÍNIO

NOVARTIS

REALIZAÇÃO

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA
JMA ASSOCIAÇÃO MÉDICA JAPONESA
AMB Associação Médica Brasileira
CFM CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Informações/Inscrições

Associação Paulista de Medicina
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 278 - São Paulo, SP
Tel: (11) 3188-4252 - Departamento de Eventos
E-mail: eventos@apm.org.br

INSCRIÇÕES GRATUITAS
VAGAS LIMITADAS (850 lugares)

www.apm.org.br/congressobrasiljapao

A vida em julgamento

Foto: Agência Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade contra o Artigo 5º da Lei de Biossegurança. A decisão libera, sem restrições, a continuidade das pesquisas com células-tronco embrionárias no Brasil.

O julgamento, realizado no dia 29 de maio, mantém a esperança de cura para pacientes com doenças degenerativas ou portadores de deficiência, a partir do resultado dos estudos.

A tese favorável à liberação das pesquisas, defendida pelo relator da ação, ministro Ayres Britto, foi acompanhada também pelos ministros Celso de Mello, Marco Aurélio Mello, Joaquim Barbosa, Cármen Lúcia e Ellen Gracie. Prevaleceu o entendimento do relator de que "um embrião congelado, que jamais será gerado, não pode gozar dos direitos de proteção da vida e da dignidade da pessoa humana".

A Lei de Biossegurança foi aprovada em 2005 e o seu artigo 5º permite que embriões congelados há mais de três anos sejam usados para pesquisas.

O ministro Celso de Mello disse que a decisão "representa a aurora de um novo tempo, a celebração solidária da vida e da liberdade", que garante a esperança de uma vida com dignidade aos portadores deficiência.

Entre os votos vencidos, aqueles do ministro Eros Grau e do presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, recomendaram reparos técnicos à legislação. Ricardo Lewandowski e Menezes Direito manifestaram-se por restrições às pesquisas, o que, segundo especialistas, na prática as inviabilizaria.

Após idas e vindas nas interpretações, o voto do ministro Cezar Peluso ficou como parcialmente procedente.

A pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), Mayana Zatz, que acompanhou a votação, disse que agora é o momento de "correr atrás do tempo perdido".

Zatz está satisfeita com os sete votos a favor da continuidade, sem restrições, das pesquisas. "Mas com um senso imenso de responsabilidade", acrescentou.

Ela também disse que há que se respeitar o posicionamento dos que são contrários ao uso de células-tronco de embriões. "Eu espero que dentro de alguns anos, quando nós tivermos os resultados, aqueles que votaram contra nos dêem razão", concluiu. ■

Típica praça de alimentação, Brincadeiras,
Música ao vivo, Quadrilha, Fogueira e muita diversão.

Bilheteria

Sócio/dependentes: ..... Isento
Até 12 anos: ..... Isento
Não sócio acima de 18 anos: ..... R$ 15,00
Menores de 13 a 17 anos: ..... R$ 8,00

Local e Informações

Clube de Campo APM
Estrada Santa Inês, km 10 - Caieiras - SP
Tels.: (11) 4899-3518/3535
ou (11) 3188-4280/4281

Realização

Associação Paulista de Medicina 1930

AMB Associação Médica Brasileira

Necessidade Social

Fotos: Osmar Bustos

Debate realizado na Faculdade de Medicina da USP põe na berlinda a qualidade de ensino nas 175 escolas que formam médicos em todo o país

Carla Nogueira
Leandro de Godoi

O debate sobre o problema da abertura de Escolas Médicas mais uma vez veio à tona. O palco para as discussões que marcaram o Simpósio "O Futuro das Escolas Médicas no Brasil" foi uma das mais conceituadas faculdades de medicina do país: a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). O evento, realizado em 4 de abril, foi organizado pela Associação Médica Brasileira (AMB) e pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

Para os organizadores do Simpósio, o futuro do ensino de Medicina precisa de ações do presente para uma mudança na qualidade das faculdades e, por conseqüência, dos profissionais formados no futuro próximo. Por isso, há clamor da sociedade por uma mobilização dos principais envolvidos – governo, entidades, instituições e estudantes de medicina para responder, de uma vez por todas, essas questões.

Com este espírito, o presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral, iniciou o evento. "Hoje, com todos aqui reunidos, articulados, independentemente de diferenças, estamos começando a construir um modelo de assistência à saúde. Considero este como um momento emblemático", reforçou.

ou Mercantilização?

O presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade, alertou para o risco da mercantilização do ensino na área. Para ele, é urgente a construção de um novo modelo. "São mais de 320 mil médicos em atividade, oriundos das escolas brasileiras que passam por um momento preocupante de abandono e mercantilização", salientou. Já o diretor da FMUSP, Marcos Boulos, frisou a necessidade de o Brasil ter médicos com formação adequada para exercer a profissão.

O presidente da Associação Brasileira de Educação Médica (Abem) e professor da Faculdade de Medicina da USP, Milton Arruda Martins, defendeu que o foco tem de estar na quantidade, qualidade e, principalmente, na necessidade social. Em sua apresentação, Martins comparou as faculdades de medicina (as mais baratas e as mais caras). Conclusão: as mais novas de fundação têm mensalidades superiores a três mil reais (chegando a R$ 4.164,00). Já as tradicionais, mais baratas, estão em torno de R$ 1.620,00 por mês.

"Dá para sentirmos que as faculdades mais caras não possuem tradição de ensino e isso nos faz pensar que o mundo da educação superior privada não está diretamente ligado à qualidade do ensino", complementa.

Martins também aponta para a necessidade de construir uma medicina competente, humanística, ética e que atenda toda a população, com médicos em número suficiente para todas as regiões do país.

Outro ponto obscuro, apontado por ele, é a questão do número de vagas para residência médica, que, segundo disse, cresce de maneira inferior, se comparado ao número de vagas das faculdades. "É importante fazermos várias perguntas para chegarmos a um entendimento e, assim, apresentarmos uma proposta para a melhoria do ensino", destacou, acrescentando que a qualidade do corpo docente é um dos diferenciais quando se fala em um ensino de bom nível, assim como as diretrizes curriculares, que precisam estar adequadas.

A coordenadora geral da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem), Bruna Ballaroti, argumentou que a Denem é contra a abertura de faculdades privadas na área, alegando que a Saúde é um direito de todos e dever do Estado. "O que percebemos é que a intenção do mercado em abrir novas escolas de medicina sobrepõe-se aos interesses da população, e isso precisa ser mudado", defendeu.

Do Ministério da Educação (MEC), Simone Horta Andrade Righi destacou que a preocupação do Ministério é a mesma que a de todos os presentes ao evento. Ela acentuou o novo marco regulatório, instituído pelo decreto 5.773, que determina ser o Estado responsável por avaliar e regular o funcionamento dos cursos de ensino superior, e falou sobre a Portaria 147, que define o Conselho Nacional de Saúde (CNS) como responsável por autorizar novos cursos de graduação em medicina, excluindo as entidades médicas do processo. Segundo Simone, os cursos que precisam de mais atenção, quanto ao novo marco, são: direito e medicina. "As faculdades que não se adequarem à reforma fecharão as portas", anunciou.

Para o cardiologista Adib Jatene, grande defensor da saúde, que esteve presente durante todo o evento coordenando um dos debates, o Ministério da Educação demonstra certa vontade

JOSÉ LUIZ AMARAL
"Inclusão da residência médica no projeto de lei"

Jorge Curi, presidente da APM participa de debate no simpósio

de resolver essa problemática ao se mostrar atento à abertura de novos cursos, por meio do "marco regulatório". No entanto, ele advertiu que "é lamentável o Ministério mudar o 'marco', trazendo grandes inovações, somente depois que a porta do problema dos cursos de medicina já está arrebentada".

Lei das Escolas Médicas

Um dos destaques do Simpósio foi a participação do presidente da Câmara, o deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP). Ele é autor do Projeto de Lei 65\03, que cria uma moratória de 10 anos para a abertura de novas escolas de Medicina e novas vagas nas já existentes. Em sua participação, criticou a lógica do lucro em detrimento da necessidade da saúde nacional. "Para sermos vitoriosos, temos que desenvolver um projeto que, com coragem e argumentos, explique os motivos das escolas não terem condições de funcionar. E se não colocarmos o debate na sociedade, nossa luta ficará enfraquecida", profetizou.

A tramitação do PL e de todos os projetos apensados a ele foram explorados durante o encontro. O primeiro debate da tarde foi centrado em pontos importantes. Durante a discussão, o autor ressaltou para os representantes das entidades que há ainda possibilidade de aprimoramento na lei. "Sugiro que as lideranças se manifestem, por escrito, para que possamos chegar a um denominador comum, aprovando o melhor projeto possível", assegurou Chinaglia.

Nesse sentido, ele ouviu algumas manifestações dos presentes. Um dos pontos destacados foi a questão dos hospitais não-compartilhados, de alunos distribuídos por diversos hospitais. O deputado José Aristodemo Pinotti enfatizou que é totalmente a favor ao não-compartilhamento. "Muitas vezes o convênio é mais formal do que real. A escola diz que tem o acordo mas, na verdade, não tem. É uma questão de fiscalização. Devemos colocar isso na lei", aconselhou.

Em seguida, o presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral, lembrou outro aspecto importante para ser inserido na lei: a obrigatoriedade da inclusão da residência. "Acho essa inserção oportuna, principalmente vinculada ao curso de graduação, para expor o aluno à prática clínica". Já o presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira Andrade, ressaltou a necessidade da inclusão de normas de fiscalização da qualidade do ensino. "Contaremos com maior segurança? Isso vai ser incluso?", questionou.

Para finalizar, Chinaglia afirmou que a forma final da lei deve ser avaliada, porque "se isso não tiver bem elaborado, não conseguiremos fechar o capítulo da novela. Temos de ser claros. Não gostaria de receber sugestões com elementos que possam intervir no processo de aprovação". Segundo afirmou, as entidades médicas deveriam ter seus próprios quesitos de avaliação. Não por mera questão política, mas de pressão pública. O presidente

ARLINDO CHINAGLIA
"Precisamos explicar, com coragem, os motivos pelos quais escolas não têm condições de funcionar"

da Câmara não é a favor da criação de um selo de qualidade. Ele crê que isso é uma ação discriminatória. Mas se diz a favor de uma pressão das instituições para a criação de um mecanismo para dizer o que está e o que não está regular no setor. "Avalio que isso colocará um pouco de óleo nessa engrenagem", defendeu.

Encerrando o debate, Pinotti comprometeu-se a colocar tudo em questão para discutir antes da aprovação final do projeto. "Hoje, as pressões mais efetivas são lobbys, pressões anti-sociais. Não é isso que o país precisa. Os médicos têm uma pressão boa em mãos. Não podemos ser vencidos por questões econômicas. Temos que permitir condições adequadas para os nossos médicos. Se a coação for grande, o congresso poderá trabalhar melhor para um bom sistema de saúde", concluiu.

Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara, e José Luiz Gomes do Amaral, presidente da AMB

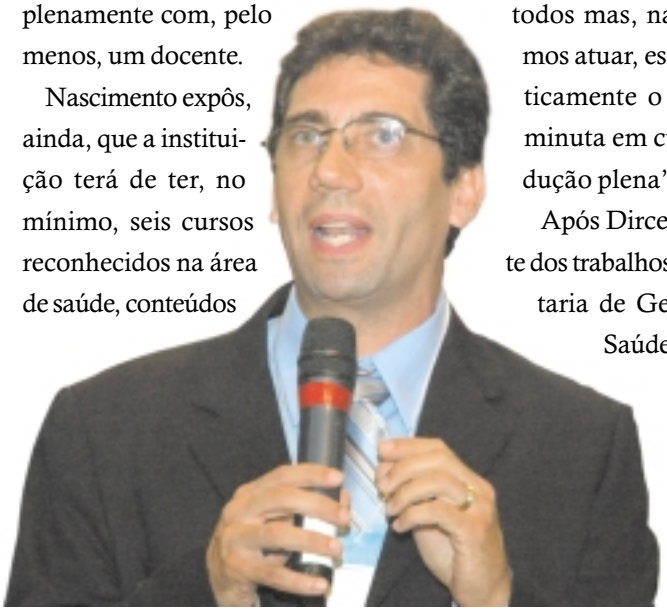
Esferas públicas

Já a segunda mesa contou com dois representantes do poder público. O primeiro a dissertar sobre os trabalhos desenvolvidos no ensino de saúde foi o Diretor de Supervisão da Educação Superior do MEC, Dirceu do Nascimento, que apresentou a minuta "Formação de Médicos no Brasil – A visão do Ministério da Educação". Fruto da parceria entre a Saúde e a Educação, a nova minuta de autorização de cursos superiores, ainda em processo de finalização, teve contribuições apresentadas por diversos especialistas de ensino da área médica.

De acordo com as novas regras em curso, a criação de escolas de medicina, por exemplo, estará diretamente ligada a um projeto pedagógico que apresente elementos significativos, demonstrando plena integração com o sistema de saúde local, com convênios formalizados entre escola e poder público. Outra norma importante é a garantia de, no máximo, dois alunos por paciente, num ambulatório que atenda plenamente com, pelo menos, um docente.

Nascimento expôs, ainda, que a instituição terá de ter, no mínimo, seis cursos reconhecidos na área de saúde, conteúdos curriculares para a promoção da saúde, plena carga horária definida e dimensão do corpo docente com núcleo composto por 30% de professores. "Temos trabalhado especificamente na área de saúde, buscando instrumentos para garantir a qualidade médica em todas as instâncias", ressaltou Dirceu. "A regulação é angular, e a supervisão veio mostrar como está a análise do currículo. Não conseguimos fiscalizar todos mas, naqueles que conseguimos atuar, estamos reduzindo drasticamente o número de vagas. A minuta em curso garantirá essa redução plena", concluiu.

Após Dirceu, quem tomou a frente dos trabalhos foi a diretora da Secretaria de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Ana Estela Haddad. Ela ressaltou que o MEC está "ansioso" pelos resultados do Exame Nacional dos Estudantes (ENAD)



JORGE CURI
"Mobilização permanente de entidades médicas"

de 2007. E a apreensão tem motivo claro: após a divulgação, será iniciado um processo de avaliação dos cursos de medicina e as escolas com desempenho abaixo do desejado deverão assinar um termo, comprometendo-se a melhorar seus índices. (Leia matéria nesta edição sobre as escolas que não atingiram índices satisfatórios no ENAD de 2007)

Segundo informou, existe um esforço e um empenho do Poder Executivo, em especial na qualidade da educação médica, no sentido de criar amarras legais para avaliação, regulação e supervisão dessas escolas. "O poder público tem de fiscalizar. É uma questão importante, e os resultados influenciarão diretamente no processo de educação", lembrou. "A idéia é que, num curto espaço de tempo, ocorra o fechamento de vagas de cursos insatisfatórios".

Residência Médica

O professor titular da disciplina de Radiologia da Faculdade de Medicina da USP e diretor científico da AMB, Giovanni Guido Cerri, apresentou a conferência "A importância da residência médica na formação profissional". Durante a exposição, destacou que, em São Paulo, mais de 70% dos profissionais envolvidos em casos de infrações médicas relacionadas à área de ginecologia e obstetrícia não tinham residência médica. "Este exemplo mostra que a formação é essencial para o desenvolvimento crítico do médico para atuar em diferentes cenários clínicos", assegurou. Cerri propôs o aumento progressivo das vagas de residência médica, de modo a priorizar as áreas que atendam às necessidades da população.

Nesse sentido, o professor disse que é importante destacar os aspectos sociais da RM: ela é um processo de trabalho, parte integrante da formação médica. Segundo ele, não dá para dissociá-la da graduação. Fundamental para que o médico possa exercer a medicina, ele afirmou que insiste na impossibilidade da medicina sem uma residência. "Enquanto essa vinculação não for feita de forma consistente continuaremos com profissionais exercendo uma medicina sem condições técnicas. Para isso precisamos criar essas vagas e as escolas médicas privadas têm de criar seus hospitais para oferecer essas vagas, cumprindo assim seu papel social".

Na solenidade de abertura do evento, estiveram presentes: o presidente da Associação Paulista de Medicina (APM), Jorge Carlos Machado Curi, que acompanhou as discussões; o diretor da Faculdade de Medicina USP, Marcos Boulos; o presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), José Luiz Gomes do Amaral; o vereador Gilberto Natalini (PSDB); o deputado federal Darcísio Perondi (PMDB-RS); a deputada estadual, Célia Leão (PSDB); o presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson Oliveira Andrade; o professor Flávio Fava de Moraes, e o ex-presidente da AMB e da APM, Eleuses Vieira de Paiva. ■

Síntese dos Trabalhos e Propostas

Considerando:

- A gravidade do problema que hoje representa a proliferação indiscriminada de cursos de Medicina de má qualidade;
- A necessidade premente de sanear este processo;
- O caminho aberto com o Projeto de Lei 65/03, do deputado federal Arlindo Chinaglia;
- A disposição do presidente do Congresso Nacional para levar em breve à discussão (e votação) no Plenário da Câmara Federal o projeto de lei em apreço;
- A possibilidade de emendas ao texto durante esse processo...

Propõe-se:

- A inclusão das entidades médicas na avaliação técnica das solicitações de abertura e recredenciamento de Escolas Médicas, por meio de parecer do Conselho Federal de Medicina;
- Que os pareceres do Conselho Nacional de Saúde (CNS) sobre a necessidade social e os pareceres técnicos das entidades médicas tenham caráter terminativo;
- A limitação do compartilhamento de instituições de assistência conveniadas entre Escolas Médicas;
- A articulação da graduação em Residência Médica;
- A definição de requisitos de um hospital de ensino pelos ministérios da Educação e da Saúde.

Ações Imediatas:

- Articulação dos vários segmentos da sociedade e do Legislativo na incorporação das duas sugestões apresentadas no projeto de lei 65/03;
- Mobilização permanente em torno da questão;
- Estimular e ampliar os debates sobre o instrumento de avaliação proposto pela SESu/MEC, buscando seu contínuo aperfeiçoamento.

Na mira do MEC

Governo inicia fiscalização em 17 cursos que tiveram conceitos inferiores aos aceitáveis

Dezessete cursos de medicina com conceitos 1 ou 2, simultaneamente, no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) serão supervisionados pelo Ministério da Educação. Foram avaliados 103 cursos em instituições públicas e privadas.

"Estamos iniciando um processo novo na supervisão dos cursos de medicina, assim como fizemos com os de direito e como estamos fazendo com os de pedagogia", anunciou o ministro da Educação, Fernando Haddad.

Segundo ele, a intenção não é inibir a expansão do ensino superior no Brasil, mas garantir que a expansão tenha qualidade compatível com as funções exercidas pelos profissionais. "Queremos exigir de todos os cursos com indicadores insuficientes as providências necessárias para a garantia da qualidade do ensino", ressaltou.

Aquelas instituições cujos cursos de medicina apresentaram resultados insatisfatórios nos processos avaliativos terão de oferecer diagnóstico sobre o desempenho, com medidas para sanar as deficiências identificadas. O diagnóstico deve abordar a organização didático-pedagógica; a integração do curso com os sistemas local e regional de saúde; o perfil do quadro discente; a oferta de vagas nos processos seletivos de 2008, com especificação daquelas ocupadas nos referidos processos e o número de concluintes em 2007; o perfil do quadro docente, incluindo titulação e regime de trabalho, composição e atuação do núcleo docente estruturante, colegiado e coordenação de curso; a infra-estrutura, com identificação das condições de oferta das disciplinas de práticas médicas, em especial o estágio curricular, condições da biblioteca e produção científica.

Fotos: Agência Brasil

Ministro Fernando Haddad: "garantir a qualidade do ensino de medicina"

Para o presidente da comissão que auxilia o MEC na supervisão dos cursos de medicina, Adib Jatene, o crescimento do número de cursos (que saltou de 80, em 1994, para 175, em 2008) fez com que os mecanismos de autorização e avaliação de cursos tivessem de ser revistos. "No documento que dispõe sobre a autorização, por exemplo, foi acrescentado um item eliminatório: nenhuma instituição que não tenha um complexo médico-hospitalar ambulatorial que seja referência regional há pelo menos dois anos pode ter um curso de medicina", explicou.

Caso a Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC) considere as medidas apresentadas suficientes para corrigir as deficiências, poderá celebrar termo de

Adib Jatene: "rigor em novas autorizações"

saneamento com a instituição de ensino. Porém, se esta discordar do diagnóstico sobre os problemas identificados pela avaliação, o MEC poderá realizar visita ao curso e instaurar processo administrativo para aplicação de penalidades.

As sanções incluem desativação de cursos e habilitações, suspensão temporária de prerrogativas de autonomia e da abertura de processo seletivo de cursos de graduação ou cassação do reconhecimento de curso.

Entre os 17 cursos de medicina em supervisão, quatro são de instituições federais. Neste caso, o MEC acompanhará o processo de saneamento e fornecerá os recursos adicionais, se necessários, para superação das deficiências, sem prejuízo da apuração de responsabilidade de seus dirigentes.

Dos 103 cursos avaliados, obtiveram nota máxima nos dois indicadores os oferecidos pelas universidades federais do Rio Grande do Sul, de Goiás, de Ciências da Saúde de Porto Alegre, de Santa Maria, do Piauí e de Mato Grosso.

De acordo com o ministro Haddad, além da supervisão desses cursos, que passarão, em seguida, pela renovação de reconhecimento, outras duas ações estão em andamento: o teste de campo do novo instrumento de autorização de novos cursos e o reconhecimento dos cursos que foram autorizados recentemente e que ainda não têm alunos concluintes. ■

(Assessoria de Imprensa do MEC)

CURSOS DE MEDICINA NA MIRA DO MEC

Particulares
Universidade Metropolitana de Santos (Santos-SP)
Universidade de Ribeirão Preto (Ribeirão Preto-SP)
Universidade de Marília (Marília-SP)
Faculdade de Medicina do Planalto Central (Brasília-DF)
Centro Universitário Serra dos Órgãos (Teresópolis-RJ)
Universidade de Uberaba (Uberaba-MG)
Universidade Severino Sombra (Vassouras-RJ)
Centro de Ensino Superior de Valença (Valença-RJ)
Centro Universitário de Volta Redonda (Volta Redonda-RJ)
Universidade Luterana do Brasil (Canoas-RS)
Centro Universitário Nilton Lins (Manaus-AM)
Universidade Iguaçu Itaperuna (Itaperuna-RJ)
Universidade Iguaçu (Nova Iguaçu-RJ)

Públicas
Universidade Federal de Alagoas (Maceió-AL)
Universidade Federal do Pará (Belém-PA)
Universidade Federal da Bahia (Salvador-BA)
Universidade Federal do Amazonas (AM)

Buenos Aires
Um ângulo diferente

O repórter-fotográfico **Osmar Bustos** (*), que há mais de uma década presta serviços à Revista da APM, é argentino radicado no Brasil. Volta e meia ele dá uma esticada à sua Buenos Aires e sempre nos traz um rico material fotográfico. Desta vez, ele clicou um passeio, de aproximadamente três horas entre ida e volta, que mostra a capital portenha sob um ângulo diferente: a partir do rio de La Plata.

Segundo Bustos, o passeio turístico é oferecido de segunda a sábado, a partir das 12h30, saindo da Dársena Norte, a sexta seção do Porto de Buenos Aires, ao lado do Dique Quatro de Puerto Madero.

A embarcação utilizada no passeio é o Humberto M, em operação desde 1996.

Tenham uma boa viagem por este portfólio do fotógrafo Osmar Bustos.

Porto e Canal de Pasaje

Visão noturna de Buenos Aires, a partir do rio La Plata

Porto Pasaje, à noite

Barcos no porto de Pasaje

Comandante do navio Humberto M

Vista panorâmica de Buenos Aires, capital da Argentina

Ambiente noturno, Buenos Aires

(*) Colaboração: Thaís Ribeiro e Divisão de Turismo do Consulado Argentino

Foto: Ulisses de Souza

Saúde é atrelada a novo imposto

Governo tenta aprovar, na Câmara, nova CPMF, atrelada a EC-29. APM, entidades médicas e parlamentares da Frente da Saúde protestam em Brasília

A Saúde foi colocada novamente no centro da política nacional no dia 28 de maio, quando a Câmara dos Deputados deveria votar o projeto de lei complementar que regulamenta a Emenda Constitucional 29, que prevê o aumento dos repasses de recursos para a Saúde. A votação foi adiada para a primeira terça-feira do mês de junho.

Tudo porque a base governista pegou carona na lei e encaixou, na mesma votação, a Contribuição Social para a Saúde (CSS), uma espécie de reedição da CPMF. Os parlamentares aliados do governo justificaram o novo tributo, afirmando que a EC-29 ampliaria em quase R$ 10 bilhões as despesas federais deste ano para o setor da Saúde, mas que não previa fontes para cobrir esse aumento de gastos.

Segundo o substitutivo apresentado à EC-29, a CSS terá uma alíquota de 0,1% sobre a movimentação financeira (a da CPMF era de 0,38%). Quem ganha até R$ 3.080 estará isentado da contribuição.

A EC-29 obriga o governo federal a investir, ainda este ano, o equivalente a 8,5% das receitas correntes brutas, índice que deverá chegar, de forma escalonada, a 10% até 2011. Já os estados terão de aplicar 12% no setor; e os municípios, 15%.

Apesar de o governo afirmar que os recursos com a CSS seriam todos destinados a financiar a saúde, a proposta não agradou nem um pouco às entidades médicas, que estiveram em Brasília no dia da votação.

Representantes de mais de 40 entidades ligadas à saúde, entre elas a Associação Paulista de Medicina (APM), participaram, às 14h, no hall do anexo 2 da Câmara, de um ato em favor da aprovação da regulamentação da EC-29. Ao lado deles estiveram os deputados da Frente Parlamentar da Saúde.

O presidente da APM, Jorge Curi, classificou como "absurda" a tentativa do governo em atrelar um novo imposto à EC-29. "O governo tem uma arrecadação tributária considerada exuberante e se torna ridículo esse posicionamento, que só atrapalha a Saúde no país", disse.

Curi disse que a APM vai continuar engajada "nessa luta incessante, até conseguirmos sensibilizar nossos governantes, deputados e senadores sobre a necessidade imperativa que toda a nação tem em obter um financiamento coerente e definitivo para a Saúde".

Para o presidente da APM, "é fundamental a regulamentação da EC-29, já aprovada no Senado pelo substitutivo do senador Tião Viana, e sem atrelamento a qualquer imposto".

O presidente da Frente Parlamentar da Saúde, Rafael Guerra, criticou o governo por tentar vetar o PL 306/08

(EC-29), caso não fosse aprovada uma fonte alternativa de arrecadação. "O presidente Lula acha que pode fazer tudo. Ele que corra o risco de vetar a proposta, que foi aprovada por unanimidade no Senado", disse Guerra.

"A saúde está subfinanciada. E isso vinha ocorrendo mesmo com a CPMF, pois apenas 41% desses recursos iam para o setor. Vamos acabar com a idéia de que a CPMF é a salvação da saúde", indicou o deputado Jofran Frejat (PR-DF), presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, a única, até agora, a analisar o PLP 306/08.

Os deputados ressaltaram que, mesmo sem a CPMF, o governo aumentou em 18% a arrecadação de tributos nos quatro primeiros meses deste ano em relação a 2007. "Somente nesse período, foram arrecadados mais de R$ 23 bilhões. Ou seja, até o fim do semestre o governo terá recuperado o que perdeu com a CPMF", calcula Darcísio Perondi.

Segundo ele, de cada R$ 100,00 gastos pelo governo em 2000, R$ 9,60 foram para a saúde. "Esses números foram reduzidos nos últimos anos e, em 2007, para cada R$ 100,00 apenas R$ 6,70 foram para a saúde", comparou o parlamentar.

De acordo com Rafael Guerra, o governo gasta com saúde o equivalente a 140 dólares per capita por ano (cerca de R$ 220,76), ou 40 centavos de dólar por dia (R$ 0,63). "Os gastos do Brasil na saúde são os últimos da América Latina, tanto em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) quanto em relação aos gastos por pessoa", ressaltou. ■

(Ulisses de Souza, com Agência Câmara)

Foto: Agência Brasil

O presidente da AMB, José Luiz Amaral (ao centro), esteve em Brasília

Fonte: SIOPS - MS - ESTUDOS GC - DATASUS - GOVERNO

FINANCIAMENTO DA SAÚDE NO BRASIL - 2008

RECEITA DA SAÚDE POR ESFERA DE GOVERNO (1980-2006)

ANO	% UNIÃO	% ESTADOS	% MUNICÍPIOS
1980	75%	18%	7%
1995	63,80	18,80	17,40
2000	59,74	18,53	21,73
2001	56,17	20,67	23,16
2002	53,11	21,64	25,25
2003	50,69	22,80	25,24
2004	51,64	24,48	24,98
2005	50,64	24,48	24,98
2006	46,70	26,12	27,18
2007	47	26	27

Saiba mais, acesse nosso site: **www.apm.org.br**

DEFENDER

é auxiliar em todos os momentos

Por isso, estamos sempre prontos para amparar

Você!

DEFESA PROFISSIONAL

Associado da APM conta com uma equipe de advogados especializados que atua na prevenção, orientação e defesa do médico quando acusado de má prática em sua atividade profissional. A cada dia, a entidade estreita mais o relacionamento com diversos níveis de governo e com instituições privadas e não governamentais comprometidas com a saúde, visando à proteção e o reconhecimento da profissão médica. Informe-se e participe dos movimentos que interferem na prática da medicina.

A Associação Paulista de Medicina sabe o que é ser MÉDICO.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA

1930

Entendendo a Saúde Suplementar e os Planos de Saúde

Nesta nova realidade que vive a saúde no Brasil, em que a denominada Saúde Suplementar (composta pelos Seguros e Planos de Saúde) vem ocupando cada vez mais espaço, é importante que a classe médica assuma o seu papel de forma cada vez mais racional.

Dentre as diversas faces deste cenário, altamente regulado pela Agência Nacional de Saúde (ANS), destacam-se aquelas em que médico é colocado como prestador ou usuário de serviços da Saúde Supletiva. Para tanto, é fundamental que conheça detalhes da Legislação, para que possa usufruir seus direitos e ser cumpridor de suas obrigações.

Assim sendo, continuamos a publicar algumas questões importantes, que podem ser esclarecedoras:

1. Sou usuário do Seguro Saúde Sul América que a APM oferece aos seus associados. Como sócio de uma Clínica, tenho sido contatado por alguns corretores, oferecendo-me um outro modelo de contratação deste mesmo Seguro Saúde em que a minha Clínica seria a estipulante. Existiria alguma vantagem ou riscos neste tipo de contratação?

O Seguro Saúde oferecido pela APM aos seus associados tem um formato denominado "apólice coletiva por adesão", que conta, atualmente, com mais de vinte e três mil segurados (titulares e seus dependentes). Do ponto de vista atuarial (cálculo de valores dos prêmios/"mensalidades" que levam em conta os riscos de ocorrência de eventos), quanto maior a carteira de usuários, menores são os riscos de que um evento de grande valor venha descontrolar a sinistralidade (quociente da divisão da receita pela despesa). No caso de um plano de uma pequena empresa (como da Clínica), há um menor número de participantes na carteira para "diluir" os riscos de ocorrência de eventos adversos. Neste caso, mesmo que, em um primeiro momento, os custos oferecidos sejam menores, caso haja um evento de "alto custo", o valor de reajuste no final do primeiro ano de vigência poderá ser grande, inviabilizando a sua manutenção.

2. O que vem a ser "sinistralidade" de um Plano de Saúde?

A existência dos Planos de Saúde baliza-se na premissa de equilíbrio entre as suas receitas e despesas, denominada sinistralidade. Dos diversos valores citados pelo mercado, tecnicamente, considera-se adequado o valor de 0,75 ou 75% de sinistralidade. Isto significaria que, de cada R$ 100,00 de receita, R$ 75,00 seriam gastos na área assistencial e o valor da diferença (receita menos despesa) seria empregado no custo administrativo, investimentos, comercialização e o próprio lucro da administradora do Plano. A sinistralidade dos Planos de Saúde é um dos indicadores monitorados pela ANS, que determina, inclusive, o grau de solvência de cada operadora.

3. O valor de reajuste determinado pela ANS é válido para todos os Planos de Saúde? Este índice de reajuste não deveria ser repassado aos honorários dos médicos credenciados?

O reajuste determinado pela ANS incide somente para os denominados planos individuais. Para os planos coletivos, os reajustes balizam-se em premissas contratuais. No Brasil, dos mais de 35 milhões de usuários de planos de saúde de assistência médica, em torno de 25% são de planos individuais. Isto significa que o valor determinado pela Agência não regula o reajuste dos planos de quase 75% dos usuários. Com relação ao repasse dos valores dos reajustes para os honorários médicos, em 2002 a ANS definiu dois parâmetros de reajustes nos planos individuais: um para Operadoras que

aumentaram 20% do valor das consultas médicas de seus prestadores, e outro (1,7% menor) para aquelas que optaram pelo não reajuste. Nos anos subseqüentes, os reajustes indicados não fizeram mais menção a este fato. Apesar de não haver nenhuma determinação legal, o repasse dos reajustes da ANS aos honorários médicos é uma das grandes lutas das entidades médicas que batalham pela implantação da CBHPM.

4. Como é feito o cálculo dos valores de reembolso de um Seguro Saúde?

Os seguros e planos de saúde têm premissas contratuais que definem as coberturas, os limites e critérios de reembolso. Dependendo do tipo de plano, são usados múltiplos de tabelas de honorários de procedimentos diários e taxas hospitalares. Para materiais e medicamentos, os parâmetros de reembolso são limitados a valores constantes em "tabelas-referência", tais como Brasíndice e SIMPRO. Destacamos que isto significa que os valores pagos (honorários, diárias, taxas, materiais, medicamentos e exames) poderão não ser reembolsáveis em suas totalidades. ■

Questões e dúvidas poderão ser enviadas para o email: defesa@apm.org.br ou através do telefone (11) 3188-4207 na Diretoria de Defesa Profissional.

Dr. Marcos E. Pimenta
Médico Consultor em Gestão e Auditoria em Saúde do Departamento de Previdência e Mutualismo.
(Colaborador do Departamento de Defesa Profissional)

Hospitais e Clínicas Médicas

A cobrança indevida da PIS/PASEP e da COFINS sobre medicamentos

Rafael Mortari Lotfi
Túlio Marcantônio

A Lei Federal n° 10.147 de 2000, com redação alterada pela Lei 10.548 de 2002, dispôs sobre a incidência das contribuições sociais PIS/PASEP (Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) na receita bruta das pessoas jurídicas que derivam à industrialização ou à importação de produtos, ou seja, nas operações de venda de referidos produtos.

A referida lei especifica que, nos medicamentos, a incidência tributária da PIS/PASEP e da COFINS ocorrerá exclusivamente no início da cadeia econômica, ou seja, somente serão cobradas na primeira etapa de venda. Esse fenômeno jurídico é denominado "tributação monofásica"

Na tributação monofásica, a cobrança da contribuição social, que seria arrecadada ao longo da produção e circulação do produto, é realizada exclusivamente perante o primeiro agente econômico e, portanto, não há que se exigir dos demais, pois, para esses, a alíquota da PIS/PASEP e COFINS sobre os medicamentos foi reduzida a zero.

Portanto, no caso dos Hospitais ou clínicas médicas que adquirem medicamentos, as referidas contribuições sociais já incidiram sobre a renda dos produtores ou importadores e, como conseqüência, essa concentração da cobrança da PIS/PASEP e da COFINS no início da cadeia econômica desonera fiscalmente as fases subseqüentes de distribuição e venda dos remédios.

A incidência dessas referidas contribuições, nos Hospitais e Clínicas Médicas, ocorre quando do faturamento relativo ao atendimento dos pacientes que, via de regra, destaca todas as rubricas conforme a sua natureza: diárias, dietas, honorários médicos, material médico hospitalar, medicamentos, taxa de uso de equipamentos etc. O valor da renda bruta é a base de cálculo da PIS/PASEP e da Cofins (sempre observadas as exclusões do IPI, das vendas ou operações canceladas e dos descontos).

Assim, os respectivos valores decorrentes dos medicamentos jamais poderiam servir de base de cálculo para a cobrança do fisco da PIS/PASEP e COFINS perante os Hospitais ou Clínicas Médicas, visto que, sobre esses produtos, já incidiu a regra monofásica de cobrança e, por isso, a alíquota nesses casos é reduzida a zero, o que se enquadra na hipótese do transcrito no artigo 2° da lei 10.147 de 2000:

"das alíquotas da contribuição para PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda dos produtos tributados na forma do inciso I do art. 1°, pelas pessoas jurídicas são enquadradas na condição de industrial ou de importador".

Com essa razão, o entendimento do Desembargador Federal do Tribunal Federal da 4ª Região, e conhecido doutrinador tributário, dr. Leandro Paulsen (é autor do Código Tributário Comentado mais afamado e vendido na atualidade), determinou a concessão da segurança, em segunda instância (Apelação

n° 2006.70.00.013112-3/PR, DJ 6/09/2007), determinando a autoridade coatora que, enquanto permanecer vigente o regime de cobrança monofásica em relação aos medicamentos (conforme determinação legal dos artigos 1° e 2° da Lei 10.147/2000), considere a receita proveniente do fornecimento de medicamentos aos pacientes sujeita à alíquota zero, deixando, também, de se opor à compensação ou restituição dos valores indevidamente recolhidos sobre tal base de cálculo.

Logo, essa importante decisão não só proibiu o fisco de continuar incluindo os valores dos medicamentos na base de cálculo para a cobrança da PIS/PASEP e COFINS dos hospitais e clínicas médicas, como também obrigou a união a restituir os valores pagos indevidamente nos últimos 5 anos (prazo prescricional para restituição tributária) pelas entidades que procuraram a Justiça Federal, em busca de seus direitos.

Desta forma, não resta dúvida que todos os hospitais e clínicas que adquirem medicamentos e repassam aos seus pacientes têm direito ao benefício da alíquota zero a estes produtos, e ainda restituição dos valores cobrados indevidamente, ou a compensação de tais valores.

Para tanto, há claramente previsão legal, e basta o patrocínio técnico competente de demanda judicial para obter a tutela legal de ter reconhecido o direito à alíquota zero de tais tributos sobre os medicamentos e, ainda, a recuperação dos valores pagos indevidamente nos últimos 5 anos. ■

Túlio Marcantônio – advogado tributarista da Marcantonio & Eberhardt Advogados, especialista em Direito Tributário, Econômico e Financeiro, UFRGS, Mestrando em Direito Público pela PUC/RS, professor universitário da Faculdade Riograndese FARGS, do Curso de Pós Graduação da Universidade Ritter dos Reis e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: trmarcantonio@via-rs.net

Rafael Mortari Lotfi – advogado em São Paulo-SP, especialista em Contratos Internacionais e Direito Ambiental pela PUC-SP, atuante em planejamento econômico empresarial. E-mail: rafaellotfi@uol.com.br

Construindo o Futuro

A medicina não está mais em crise

"Ninguém comete erro maior do que não fazer nada porque só pode fazer um pouco"

(Edmund Burke)

Em um dos bons cursos do professor Carlos da Silva Lacaz sobre a História da Medicina, ele comentava sobre a crise na profissão: "A Medicina não está em crise. A Medicina é uma área de conhecimento científico, pura e teórica. Se algo está ruim é com que a exerce, os médicos. São eles que a praticam".

O discurso dos saudosistas pessimistas de plantão é que a medicina não é a mesma dos tempos áureos. O médico atual é uma commodity como o sal; andam de branco, têm muito e valem pouco! A afirmação tem muito de verdade, entretanto, a questão que nos atinge é: se a crise da medicina é na realidade a crise dos médicos, o que os médicos podem fazer?

Não sermos saudosistas pessimistas e acreditarmos que somos responsáveis individualmente e coletivamente pelo que somos e queremos. Temos que nos lembrar das coisas boas do passado, mantê-las e ao mesmo tempo ter capacidade de nos adaptarmos a situação atual. O bom do passado é a formação integral do médico, como um conhecedor do ser humano a serviço das pessoas.

Neste sentido, o Comitê de Médicos Jovens da APM e o Departamento de Medicina de Família da própria instituição vão iniciar duas atividades de 2008.

Sessão de discussão clínica HOUSE

Inspirada no seriado médico de TV, "House", são reuniões mensais de discussão de casos clínicos de alto nível científico, direcionados e coordenados por estudantes de medicina e jovens médicos.

O objetivo é mostrar que a medicina pode ficar mais moderna, mas sua essência continua a mesma. A capacidade de pensar, refletir e discutir um caso clínico é a base essencial para a formação de um bom profissional, ontem, hoje e sempre.

Mas se as "modernidades" não conflitam com a essência do nosso objetivo, elas são bem vindas. Assim, neste evento, usaremos um sistema de Web Conferência, que vai permitir a participação de médicos de cidades do interior de São Paulo, ou de qualquer região do país.

"O que é um bom médico? O que preciso fazer para ser um bom médico?

Outra atividade para pensar, refletir e ajudar a construir o futuro para novos médicos deste país é a pesquisa qualitativa: **"O que é um bom médico?**

A partir desta simples pergunta, queremos escutar e entender todos os envolvidos em fases de vida distintas da formação. São debates trimestrais, envolvendo estudantes de colégio interessados na profissão, os estudantes de medicina, os médicos recém-formados e os professores, para trazer subsídios para responder a questão.

Este, acreditamos, é o caminho para melhorar a medicina: estudar, discutir e refletir. Sem pessimismo, fortalecendo a boa medicina e nos adaptando a novas realidades, a APM quer proporcionar para seus novos sócios jovens, principalmente de espírito, muito do que ela sempre foi: uma instituição médica que prima pela melhor medicina, proporcionando aos seus associados atividades científicas, sociais e culturais de alta qualidade. A APM incentiva os médicos livres de espírito, com vocação para cuidar de seus pacientes. ■

O futuro que nos espera é promissor! Fa;a parte Comitê de Jovens Médicos da APM.

MARCELO LEVITES
é médico, membro do Comitê de Médicos Jovem da APM e diretor da Sociedade Brasileira de Medicina de Família

Criação APM

No Clube de Campo, sua família tem lugar garantido. Um almoço no restaurante, um churrasco ao ar livre ou um piquenique descontraído estão ao seu alcance. E o melhor, depois você pode ficar hospedado lá mesmo, em chalé ou suíte. **Você, que é filiado a Associação Paulista de Medicina, tem direito a tudo isso.**

Clube de Campo • Estrada Santa Inês, Km 10 • Caieiras • São Paulo, SP • Tel.: (11) 4899-3519

Dúvidas do mês:

Associado - Quais os critérios para o cálculo do seguro desemprego? Dei entrada junto à CEF e vou receber até 4 parcelas. Sou contribuinte do INSS (teto máximo) há cerca de 20 anos e empregado CLT, pelo mesmo período.

Resposta – O cálculo para seguro desemprego é feito da seguinte forma:

Registro em carteira de 6 a 11 meses, direito a receber 3 parcelas;

Registro em carteira de 12 a 23 meses, direito a receber 4 parcelas;

Registro em carteira acima de 24 meses, direito a receber 5 parcelas.

Este registro é contado a partir dos últimos 3 anos, ou seja, para 2008, o empregado tem que ter trabalhado nesses períodos a partir de 2005 para ter direito ao seguro desemprego.

O teto para recebimento é de R$ 776,46, no máximo de 5 parcelas, e o mínimo é de R$ 415,00 – 3 parcelas.

Para adquirir o direito de receber o teto máximo e as 5 parcelas, tira-se a média dos últimos 3 meses e, se obtiver o valor acima de R$ 1.141,88, tem-se esse direito.

Associado - Há 24 anos recolho, mensalmente, o INSS como autônomo no menor valor possível. Estou com 51 anos de idade e gostaria de saber o seguinte: 1- Quanto vou receber, ao me aposentar, se continuar pagando o valor mínimo obrigatório? 2- E se passar a pagar, a partir de agora, o valor máximo? 3- Qual seria o valor máximo a ser pago, mensalmente?

Resposta – (1) - Se o senhor continuar recolhendo o mínimo, receberá um salário mínimo.

(2) - Seria interessante o senhor passar a recolher um valor maior, pois o INSS irá utilizar para fazer o cálculo da aposentadoria 80% das maiores contribuições recolhidas a partir de junho de 1994.

(3) - O teto máximo de recolhimento é de R$ 607,80.

Associado - Quais são os percentuais de desconto para o INSS de pessoa física ou jurídica, sendo autônoma, e qual o teto a recolher? Posso recolher dobrado?

Resposta – O teto para desconto do INSS é de 11% e não há possibilidade de recolhimento dobrado.

Associado - Trabalhei há 28 anos, sem registro, em uma firma. Fui registrado depois de um ano. Gostaria de saber se posso contar este tempo para a minha aposentadoria e o que devo fazer?

Resposta – Informamos que o senhor não poderá contar como tempo para aposentadoria os anos que trabalhou sem registro.

Informações
Fone: (11) 3188-4269
E-mail: des@apm.org.br
Dúvidas e Serviços Contábeis: (11) 3188-4268, com Rosa Helena

Consultoria: AGL Contabilidade

AGENDA CIENTÍFICA

JUNHO

Associação Médica Brasileira e Associação Paulista de Medicina
Congresso Médico do Centenário Brasil-Japão
19/06 – quinta – das 9h às 18h
Módulo I – A Medicina Japonesa
O Médico e o Sistema de Saúde Japonês
A Formação Médica no Japão
- Graduada
- Especializada
- Educação Médica Continuada

A Medicina Japonesa fora do Japão
Lançamento de livro da FMUSP: Médicos de origem japonesa
Módulo II - A Contribuição dos Japoneses e seus Descendentes à Medicina Brasileira
Pioneiros - Dr. Seigo Tsuzuki
Comunidades
Os Médicos de São Paulo - Dr. Renato Yamada
Os Médicos do Paraná – Dr. Eduardo Hayashi
Os Médicos de Mato Grosso – Dr. Marcos Tiguman
Os Médicos do Pará – Dr. Yuji Ikuta
Instituições
Enkyo / Hospital Nipo-Brasileiro – Dr. Jorge Nakauchi
Hospital Santa Cruz – Dr. Milton Ozaki
Asilos – Dra. Jacqueline Garcia
ABEUNI – Sr. Fernando Fujisawa
Hospital – Dr. Saburo Sugisawa
Pesquisa e Ensino
USP/ SP – Dr. Massayuki Okumura
USP/ RP – Dr. Osvaldo Takayanagui
UNICAMP – Dr. Ademar Yamanaka
UNIFESP – Dra. Emília Sato / Dra. Lydia Masako
UNESP – Dr. Milton Hida
Santa Casa – Dr. Tsutomu Aoki
Curitiba – Dr. Saburo Sugisawa
Porto Alegre – Dr. Emílio Moriguchi
18h30 - Abertura Oficial
Coquetel
20/06 – sexta – das 9h às 18h
Módulo III – Intercâmbios Brasil-Japão na Área da Medicina
JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão - Toshi-Ichi Tachibana
ASEBEX – Associação Brasileira de Ex-Bolsistas no Japão
Associação Médica Internacional da Universidade de Keio - Dr. Milton Hida
Módulo IV – A Saúde da Comunidade Nipo-Brasileira: no Japão e no Brasil
No Japão:
Movimento dos trabalhadores brasileiros no Japão: impacto das diferenças culturais sobre a saúde mental e síndrome de regresso - Dr. Décio Nakagawa
Migração e saúde mental: brasileiros descendentes de japoneses no Japão e no Brasil - Dr. Itiro Shirakawa
Estudo da prevalência de depressão e ansiedade no movimento dos trabalhadores brasileiros no Japão - Dr. Itiro Shirakawa
Influência do movimento migratório nas crianças - Dra. Kyoko Nakagawa
Impacto de adaptação das crianças brasileiras no Japão: um estudo comparativo - Dr. Shu Kondo
Dificuldades no manejo de doenças que acometem os brasileiros no Japão: tuberculose, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis - Dra. Lucy Ito
No Brasil:
Diabetes, doenças associadas na comunidade - Dra. Sandra Vivolo
Câncer Gástrico - Dr. Toshiro Tomishige
Câncer de Cólon - Dr. Nelson Miyajima
Doença de Hashimoto - Dr. Pedro Sakane
Hiperlipemias e fatores dietéticos: estudo transversal entre nipo-brasileiro - Dra. Luiza K. Matsumura
Prevalência da artrite reumatóide na comunidade de Mogi das Cruzes - Dra. Emília Sato
Evolução da saúde das colônias japonesas do sul do Brasil (SC e RS) nos últimos 40 anos – Relato Junkai – Shinryo de 1967 a 2007 - Dr. Emílio Moriguchi
Saúde do nikkei brasileiro - Dr. Milton Hida
Inscrições gratuitas – 850 lugares
LOCAL DO EVENTO: MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA - Av. Auro Soares de Moura Andrade, 664 - Portão 15 - Barra Funda - São Paulo/SP.

Associação Paulista de Medicina de Família e Comunidade
17/06 – terça – das 19h às 22h
Uso da Informação em Saúde (Papel do Monitoramento)

Departamento de Cirurgia Plástica
24/06 – terça – das 20h às 22h
Reunião Científica - Implantes
Moderador: Fausto Viterbo
Implantes faciais – indicações e opções de materiais
Implantes glúteos: técnicas e resultados a longo prazo – Dr. Nicola Menichelli

Departamento de Cirurgia Vascular e Angiologia
28/06 – sábado – das 9h às15h
Curso de atualização
Avanços terapêuticos e diagnósticos na doença carotídea
A placa carotídea: como estudá-la e qual sua influência na decisão terapêutica.
NASCET, ACAS, ECST: Como interpretar os estudos clássicos diante das evidências atuais.
Stent carotídeo: Limitações, complicações e resultados de longo prazo.
Doença carotídea e síndrome metabólica.

Departamento de Coloproctologia
02/06 – segunda – das 19h30 às 21h30
Reunião Científica
Rastreamento e seguimento dos portadores dos pólipos colorretais.
Coordenador: Sidney Roberto Nadal
Moderadora: Profa. Dra. Carmen Ruth Manzione Nadal
Debatedores:
Dr. Eduardo Grecco
Dr. Paulo Candelarea
Dr. Paulo Correa
Dr. Sergio Alonso

Departamento de Mastologia
05/06 – quinta – das 20h às 22h
Reunião Científica
Oncoplástica
- A responsabilidade e treinamento do mastologista
- Técnicas para melhores resultados em cirurgias conservadoras
- Reconstrução com retalho autólogo
- Complicações

Coordenador: Rubens Prudêncio
Debatedores: Alfredo Barros, Cid Gusmão, Jairo Wagner, Maria do Carmo Queiroz, Marianne Pinotti, Nassif Galeb Júnior e Vicente Tarricone Júnior.

Comitê do Médico Jovem e Departamento de Medicina de Família e Comunidade
24/06 – terça – das 20h às 22h
Discussão Didática de Caso Clínico
Demência X Depressão. O Paciente Tem Uma Família Estruturada?

Departamento de Nutrologia
12/06 – quinta – das 20h às 22h
Síndrome metabólica na infância e adolescência – Prof. Carlos de Almeida
Nutrologia Enteral: quando indicar? – Profa. Dra. Fabíola de Souza

Departamento de Ortopedia e Traumatologia
Curso de Reciclagem - Atualização em Trauma
13/06 – sexta – das 19h30 às 22h
Luxação acrômio-clavicular - tratamento cirúrgico
Fraturas distais do rádio - tratamento cirúrgico
Fraturas distais do fêmur - opções de tratamento com hastes
Fraturas distais da tíbia - opções de tratamento com hastes
Fraturas proximais da tíbia - opções de tratamento com placas
Complicações das fraturas diafisárias de tíbia
14/06 – sábado – das 8h30 às 12h
Fraturas intertrocantéricas - Tratamento
Fraturas do colo do fêmur - técnicas de tratamento
Dicas da colocação de hastes intramedulares no fêmur
Fraturas diafisárias da tíbia - técnica de colocação das hastes intramedulares
Enxerto ósseo - Opções de tratamento e evidências
Placas de ângulo fixo: vantagens e desvantagens
Fraturas diafisárias do úmero - indicações e opções de tratamento cirúrgico
Fraturas do tornozelo: tratamento cirúrgico quando realizar?
Complicações de fraturas articulares da tíbia

Departamento de Patologia Clínica
26/06 – quinta – das 20h às 22h
Reunião Científica
Aspectos recentes no diagnóstico molecular da Hepatite C - Dr. João Rebello

Comitê Multidisciplinar de Psicologia Médica
07/06 – sábado – das 9h às 13h
II Jornada de Psicologia Médica da APM
PSICOTERAPIAS: uma troca de idéias
Freud, Klein, Winnicott, Bion, Lacan
Coordenação: Dra. Eiko Okasaki
Palestrantes:
Dr. Carlos Pereira
Dra. Célia Gevartoski
Dr. Décio Natrielli
Dra. Laura Tusutiya

PROGRAMAÇÃO PARA LEIGOS:
Departamento de Neurologia
07/06 – sábado – das 9h às 12h
Reunião para familiares e portadores de narcolepsia
Coordenação: Dr. Rubens Reimão

Programa Educação para Saúde
11/06 – quarta – das 14h às 16h
Palestra
Remédios Naturais Melhorando nossa Saúde - Dra. Maria Vieira

OBSERVAÇÕES:
1. Os sócios, estudantes, residentes e outros profissionais deverão apresentar comprovante de categoria na Secretaria do Evento, a cada participação em reuniões e/ou cursos.
2. Favor confirmar a realização do Evento antes de realizar sua inscrição.
3. As programações estão sujeitas a alteração.

INFORMAÇÕES/ INSCRIÇÕES/LOCAL:
Associação Paulista de Medicina
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 278 – São Paulo/SP
Tel: (11) 3188-4252
Departamento de Eventos
E-mail: eventos@apm.org.br
Portal: www.apm.org.br

ESTACIONAMENTOS:
- Rua Francisca Miquelina, 67 *(exclusivo aos sócios da APM)*
- Rua Genebra, 296 *(Astra Park – 25% de desconto)*
- Av. Brig. Luís Antonio, 436 *(Paramount – 20% de desconto)*

Prof. Dr. Álvaro Nagib Atallah
Diretor Científico

DEPARTAMENTO CULTURAL

Entrada Franca

Reservas de lugares: (11) 3188-4301, 4302, 4304

ESCOLA DE ARTES

Cursos para adultos e crianças com 70% de desconto para associados e dependentes. As aulas dependem de inscrições antecipadas.

Piano Erudito e Popular
(aulas com hora marcada)

Pintura Contemporânea / Desenho / Colagem

Inscreva-se numa aula sem compromisso!

Palestras com bate-papos descontraídos, ilustradas com filmes e gravações, seguidas de apresentações musicais ao vivo. Traga seu instrumento!

20/06 – **sexta** – 21h
Espaço Maracá, lugares limitados
Maurício Brito (Piano) e convidados
Tema: Rhythm 'n' Blues - Swing e energia contagiantes

CINE DEBATE

Projeção mensal de um filme temático relacionado ao cotidiano das pessoas. Após a exibição do filme, especialistas convidados analisam e debatem com a platéia. Coordenação: Dr. Wimer Botura Júnior (Psiquiatra e Psicoterapeuta).

13/06 – **sexta** – 19h30
Acusados
105 min., EUA, 1988, Drama.
Direção: Jonathan Kaplan. Elenco: Jodie Foster, Kelly McGillis, Bernie Coulson.
Resumo: Sarah é violentada por um grupo num bar da vizinhança e se vê a lutar contra o sistema legal.
Debate: Um olhar sobre a natureza humana e a consciência moral individual; o processo judicial onde a vítima é tratada como criminosa.

MÚSICA EM PAUTA NA APM

Sempre na última quarta-feira do mês, o programa já virou tradição entre os médicos que freqüentam salas de concertos, convida artistas consagrados de carreira nacional e internacional.

25/06 – **quarta** – 20h30
Paulo Gori (piano)

Um dos pianistas brasileiros mais premiados no exterior, foi o primeiro brasileiro que ganhou o conceituado Concurso Internacional de Piano "Rainha Elisabeth", em Bruxelas, 1978.
Repertório: Schumann, Chopin e Debussy

TEATRO COM DESCONTO PARA MÉDICOS ASSOCIADOS

Os associados da APM e acompanhantes têm desconto nos melhores espetáculos em cartaz na cidade de São Paulo. Saiba mais informações no site **www.apm.org.br** (espaço sócio-cultural). Para adquirir o desconto, apresente a carteirinha da APM na bilheteria do espetáculo.

A FLAUTA MÁGICA
(Infanto-juvenil)

Teatro Imprensa
Rua Jaceguai, 400 - Bela Vista
Fone: 11 3188-9708
Horário: Sábado e Domingo, 16h. Até 30 de junho.
Preço Normal: R$ 40,00 – Desconto: 50% (p/ 04 pessoas).

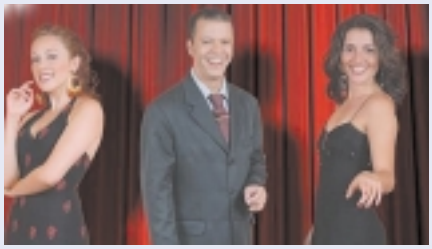
(A)TENTADOS
(Tragicomédia)

TUSP
R. Maria Antonia, 294 – Consolação
Fone: 11 3255-7182
Horário: Sexta e Sábado, 21h e Domingo, 19h. Até 08 de junho.
Preço Normal: R$ 20,00 - Desconto de 50% para médicos associados e todos os acompanhantes.

DUAS FACES E UM CONTEXTO
(Drama)

Espaço Cultural Juca Chaves
Rua João Cachoeira, 899 – Itaim Bibi
Fone: 11 3869-0468
Horário: Quinta, 20h. Até 26 de junho.
Preço Normal: R$ 40,00 - Desconto de 60% (p/ 02 pessoas).

EMOÇÕES QUE O TEMPO NÃO APAGA – UMA CRÔNICA MUSICAL
(Musical)



Teatro Maksoud Plaza
Al. Campinas, 150
Fone: 11 3145-8000
Horário: Sexta e Sábado, 21h e Domingo, 19h. Temporada indeterminada.
Preço Normal: R$ 60,00 - Desconto de 30% (p/ 04 pessoas).

FILOSOFIA DO SEXO
(Comédia)

Teatro Bibi Ferreira
Av. Brigadeiro Luís Antonio, 931 - Bela Vista
Fone: 11 3105-3129
Horário: Sábado, 18h30. Até 28 de junho.
Preço Normal: R$ 30,00 - Desconto de 50% (todos os acompanhantes terão desconto).

INÊS - Gil Vicente por ele mesmo
(Comédia)

Teatro Ruth Escobar
Rua dos Ingleses, 209 - Bela Vista
Fone: 11 3289-2358
Horário: Quinta, 21h. Até 26 de junho.
Preço Normal: R$ 40,00 - Desconto de 25% (p/ 04 pessoas).

LOUCOS POR AMOR
(Drama/Suspense)

Teatro Fábrica São Paulo
Rua da Consolação, 1623
Fone: 11 3255-5922
Horário: Sexta e Sábado, 21h30 e Domingo, 20h. Até 29 de junho.
Preço Normal: R$ 30,00 - Desconto de 50% (p/ 04 pessoas).

MEU PÉ DE LARANJA LIMA
(Infantil)

Espaço Cultural Juca Chaves
Rua João Cachoeira, 899 – Itaim Bibi
Fone: 11 3073-0044
Horário: Sábado, 15h. Até 28 de junho.
Preço Normal: R$ 40,00 - Desconto de 50% (p/ 04 pessoas).

MOSCARDA
(Drama)

Teatrix
R. Peixoto Gomide, 1066 – Jardim Paulista
Fone: 11 3285-0939
Horário: Sexta-feira, 21h30. Até 29 de maio.
Preço Normal: R$ 20,00 - Desconto de 50% para médicos associados e todos os acompanhantes.

O ANALISTA DE BAGÉ E O FILHO GAY
(Comédia)

Teatro Santo Agostinho
Rua Apeninos, 118 – Liberdade
Fone: 11 3209-4858
Horário: Sexta, 21h30, Sábado, 21h e Domingo, 20h. Até 30 de junho.
Preço Normal: R$ 30,00 - Desconto de 50% (p/ 03 pessoas).

QUERIDO MUNDO
(Comédia)

Teatro Gazeta
Av. Paulista, 900
Fone: 11 4347-6954
Horário: Quinta, 21h e Sábado, 19h. Até 02 de agosto.
Preço Normal: R$ 40,00 a R$ 50,00 - Desconto de 25% (p/ 03 pessoas).

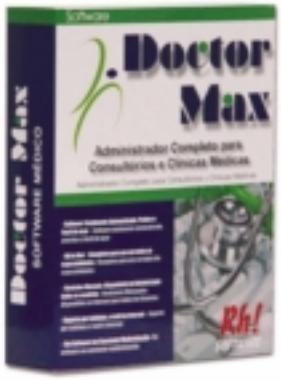
UMA NOITE COM TCHEKHOV
(Comédia)

Teatro do Ator
Pça. Roosevelt, 172 - Consolação
Fone: 11 3257-2264
Horário: Sexta, 21h30. Até 27 de junho.
Preço Normal: R$ 20,00 - Desconto de 60% (p/ 04 pessoas).

Conheça a programação completa no site **www.apm.org.br**
Link: Espaço Sócio-Cultural
Reservas de lugares para os eventos: 11 3188-4301/4302 ou cultural@apm.org.br
Informações:Departamento Cultural da APM/ cultural@apm.org.br

EXPOSIÇÃO

Adelino Ângelo:
Reencontro da Humanidade
04/06 – 20h
Inauguração da Pinacoteca
APM reabre Pinacoteca com exposição e homenagem ao artista plástico português, Mestre Adelino Ângelo.
Além das obras do artista, os visitantes poderão apreciar telas de Tarsila do Amaral, Aldemir Martins, Alfredo Volpi, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Lasar Segall e muitas outras.



SOFTWARE
Doctor Max VERSÃO 2008
A Solução ideal para administrar sua clínica de forma lucrativa!
PLANO PLUS = Software + Consultoria + Benefícios
• Software Doctor Max 2008 completo + 1 licença de rede grátis
• Atualizações gratuitas, suporte por chat on-line, e-mail e telefone
• Mód. TISS(opcional), Site gratuito para sua clínica, Master dicas,...
Associado APM: 50% de desconto na adesão e apenas: R$ 44,90/MÊS
Ligue agora: 11 - 4652 - 5400 www.doctormax.com.br

Doctorion
www.doctorion.com.br
ADMINISTRE SUA CLÍNICA OU CONSULTÓRIO ON-LINE PELA INTERNET
Agenda, controle financeiro e muitas outras funcionalidades sem necessidade de instalações.
Versões que atendem o tamanho certo de sua clínica!
Entre em contato: (11) 3717-4321
atendimento@doctorion.com.br

cobravi - FINANCIAMENTOS
Doutor, obtenham $ recursos $ com menores taxas e maiores prazos
• Com juros à partir de 1,67% e 2,95% a.m.;
• Carência de 180 e 60 dias;
• Sem necessidades de garantias;
• Prestações fixas em até 36 meses;
• Aprovação e liberação em até 48 h;
• P/J, Hospitais e Clínicas.
Consulte-nos sobre Capital de Giro
São Paulo e Grande São Paulo - PABX: 11-5061-2667
Ribeirão Preto e Região - PABX: 16-3623-2827
E-mail: recursos@cobravi.com.br
Acesse nosso site: www.cobravi.com.br

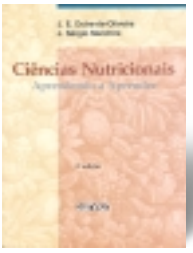
ARQUITETURA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SAÚDE
- Aprovação legal
- Acompanhamento e/ou execução da obra
- Assessoria técnica
- Interiores
PROJETO PARA HOSPITAIS CLÍNICAS E CONSULTÓRIOS
C+A
ARQUITETURA E INTERIORES
FONE - 3085-2814
www.caarquitetura.com.br

Anuncie na Revista da APM
(11) 3188-4295
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA
1929

MedFlex. O consultório flexível no horário, na estrutura e no aluguel.
R$25,00 POR HORA
Veja quanta vantagem com ótimo custo.
• Próximo aos hospitais Sírio Libanês, 9 de Julho, Igesp, Santa Catarina, Pro Matre e muitos outros.
• A 1 minuto da Paulista e do Metrô Masp Trianon.
• Infra-estrutura completa.
• Sem custos de secretária, eletricidade, condomínio, IPTU e outras taxas.
• Amplo horário de funcionamento segunda a sexta – 8 às 20h / sábado – 8 às 12h.
MedFlex
consultórios
Maiores informações: rua Itapeva, 518 - conj 910 - bela vista
fone/fax: 11 3253.1729 - medflexconsultorios@ig.com.br

PARA ANUNCIAR
LIGUE
(11) 3188-4295

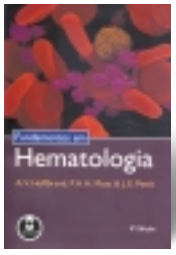
Ciências Nutricionais – Aprendendo a Aprender



Segundo o prefácio do professor J. E. Dutra-de-Oliveira, "Ciências Nutricionais – Aprendendo a Aprender" é um livro didático destinado a estudantes e a pessoas interessadas em aprender sobre alimentação e nutrição no seu sentido amplo: conhecerem e se familiarizarem com todos os mecanismos por meio dos quais os seres vivos recebem os nutrientes dos alimentos e como essas substâncias são vitais para a boa nutrição e a boa qualidade de vida. Trata-se , ainda segundo o professor, não somente de uma obra básica de referência, mas também de uma estratégia de auto-aprendizagem que estimule, provoque e desafie o aluno a aprender, para que ele ganhe conhecimentos, habilidades e atitudes mais críticas e reflexivas a respeito da matéria. Autores: J.E.Dutra de Oliveira e J. Sérgio Marchini. Formato: 21 X 28, 760 páginas. Editora: Sarvier. Contato: (11) 5093-6966. E-mail: sarvier@uol.com.br

Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais

"Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais" é um livro-texto de referência na área, que chega à segunda edição totalmente atualizado. Trata-se de uma fonte introdutória de reflexão sobre a psicopatologia, que auxilia o leitor no aprendizado do exame acurado do paciente, ajudando-o na identificação dos diversos transtornos psiquiátricos. Autor: Paulo Dalgalarrondo. Formato: 17,5 X 25, 440 páginas. Editora: Artmed. Contato: (11) 3027.7070 ou www.artmed.com.br



Fundamentos em Hematologia

Amplamente ilustrado, o livro "Fundamentos em Hematologia" apresenta a formação e a função das células sangüíneas, bem como os aspectos básicos, os exames diagnósticos, as características clínicas e o manejo das doenças que decorrem da disfunção e ruptura desses processos. O livro delineia os princípios essenciais da hematologia clínica e laboratorial e mostra como as manifestações das doenças hematológicas podem ser melhor detectadas devido ao avanço no conhecimento de fisiopatologia e biologia molecular. Autores: A. V. Hoffbrand, P. A. H. Moss, J. E. Pettit. Formato: 17,5 X 25, 400 páginas. Editora: Artmed. Contato: (11) 3027.7070 ou www.artmed.com.br

Os livros estão disponíveis na Biblioteca, que funciona no 5º andar do prédio da APM, de segunda à sexta, das 8h30 às 20h.

CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO A SUA DISPOSIÇÃO.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA 1930

Venha conhecer a Biblioteca da APM: acervo diversificado com 30 mil títulos, internet, sala de televisão e vídeo, mesas para encontros e reuniões.

INFORMAÇÕES NO TELEFONE: (11) 3188-4241

por Luiz Antonio Nunes

Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde

Em 2006, o Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Saúde e a Comissão Intergestora Tripartite (integrada por cinco representantes do Ministério da Saúde, cinco do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde – CONASS – e cinco do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS – apresentaram a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde. É de grande interesse que nós, médicos, a conheçamos para promover o respeito destes direitos e assegurar seu reconhecimento efetivo e sua aplicação.

A carta baseia-se em seis princípios básicos de cidadania. Juntos, eles asseguram ao cidadão o direito básico ao ingresso digno nos sistemas de saúde, sejam eles públicos ou privados.

Princípios desta Carta

1. Todo cidadão tem direito ao acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde.
2. Todo cidadão tem direito a tratamento adequado e efetivo para seu problema.
3. Todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação.
4. Todo cidadão tem direito a atendimento que respeite a sua pessoa, seus valores e seus direitos.
5. Todo cidadão também tem responsabilidades para que seu tratamento aconteça da forma adequada.
6. Todo cidadão tem direito ao comprometimento dos gestores da saúde para que os princípios anteriores sejam cumpridos.

Sempre que for preciso, procure a Secretária de Saúde do seu município

> O PRIMEIRO PRINCÍPIO assegura ao cidadão o acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde, visando a um atendimento mais justo e eficaz.

Todos os cidadãos têm direito ao acesso, às ações e aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde promovidos pelo Sistema Único de Saúde:

I. O acesso dar-se-á, prioritariamente, pelos Serviços de Saúde da Atenção Básica próximos ao local de moradia.

II. Nas situações de urgência/emergência, o atendimento dar-se-á de forma incondicional, em qualquer unidade do sistema.

III. Em caso de risco de morte ou lesão grave, deverá ser assegurada a remoção do usuário em condições seguras, que não impliquem maiores danos, para um estabelecimento de saúde com capacidade para o receber.

IV. O encaminhamento à Atenção Especializada e Hospitalar será estabelecido em função da necessidade de saúde e indicação clínica, levando-se em conta critérios de vulnerabilidade e risco, com apoio de centrais de regulação ou outros mecanismos que facilitem o acesso a serviços de retaguarda.

V. Quando houver limitação circunstancial na capacidade de atendimento do serviço de saúde, fica sob responsabilidade do gestor local a pronta resolução das condições para o acolhimento e devido encaminhamento do usuário do SUS, devendo prestar informações claras ao usuário sobre os critérios de priorização do acesso na localidade por ora disponível. A prioridade deve ser baseada em critérios de vulnerabilidade clínica e social, sem qualquer tipo de discriminação ou privilégio.

VI. As informações sobre os serviços de saúde contendo critérios de acesso, endereços, telefones, horários de funcionamento, nome e horário de trabalho dos profissionais das equipes assistenciais devem estar disponíveis aos cidadãos nos locais onde a assistência é prestada e nos espaços de controle social.

VII. O acesso de que trata o caput inclui as ações de proteção e prevenção relativas a riscos e agravos à saúde e ao meio ambiente, às devidas informações relativas às ações de vigilância sanitária e epidemiológica e os determinantes da saúde individual e coletiva.

VIII. A garantia à acessibilidade implica o fim das barreiras arquitetônicas e de comunicabilidade, oferecendo condições de atendimento adequadas, especialmente a pessoas que vivem com deficiências, idosos e gestantes.

> O SEGUNDO PRINCÍPIO assegura ao cidadão o tratamento adequado e efetivo para seu problema, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

É direito dos cidadãos ter atendimento resolutivo com qualidade, em função da natureza do agravo, com garantia de continuidade da atenção, sempre que necessário, tendo assegurados:

I. Atendimento com presteza, tecnologia apropriada e condições de trabalho adequadas para os profissionais da saúde.

II. Informações sobre o seu estado de saúde, extensivas aos seus familiares e/ou acompanhantes, de maneira clara, objetiva, respeitosa, compreensível e adaptada à condição cultural, respeitados os limites éticos por parte da equipe de saúde sobre, entre outras:

a) hipóteses diagnósticas;

b) diagnósticos confirmados;

c) exames solicitados;

d) objetivos dos procedimentos diagnósticos, cirúrgicos, preventivos ou terapêuticos;

e) riscos, benefícios e inconvenientes das medidas diagnósticas e terapêuticas propostas;

f) duração prevista do tratamento proposto;

g) no caso de procedimentos diagnósticos e terapêuticos invasivos ou cirúrgicos, a necessidade ou não de anestesia e seu tipo e duração, partes do corpo afetadas pelos procedimentos, instrumental a ser utilizado, efeitos colaterais, riscos ou conseqüências indesejáveis, duração prevista dos procedimentos e tempo de recuperação;

h) finalidade dos materiais coletados para exames;

i) evolução provável do problema de saúde;

j) informações sobre o custo das intervenções das quais se beneficiou o usuário.

III. Registro em seu prontuário, entre outras, das seguintes informações, de modo legível e atualizado:

a) motivo do atendimento e/ou internação, dados de observação clínica, evolução clínica, enfermagem e, quando for o caso, procedimentos cirúrgicos e anestésicos, odontológicos, resultados de exames complementares, laboratoriais e radiológicos;

b) registro da quantidade de sangue recebida e dados que permitam identificar sua origem, sorologias efetuadas e prazo de validade;

c) identificação do responsável pelas anotações.

IV. O acesso à anestesia, em todas as situações em que for indicada, bem como a medicações e procedimentos que possam aliviar a dor e o sofrimento.

V. O recebimento das receitas e prescrições terapêuticas, que devem conter:

a) o nome genérico das substâncias prescritas;

b) clara indicação da posologia e dosagem;

c) escrita impressa, datilografada ou digitada, ou em caligrafia legível;

d) textos sem códigos ou abreviaturas;

e) o nome legível do profissional e seu número de registro no órgão de controle e regulamentação da profissão;

f) a assinatura do profissional e data.

VI. O acesso à continuidade da atenção, com o apoio domiciliar, quando pertinente, treinamento em auto-cuidado que maximize sua autonomia ou acompanhamento em centros de reabilitação psicossocial ou em serviços de menor ou maior complexidade assistencial.

VII. Encaminhamentos para outras unidades de saúde, observando:

a) caligrafia legível, ou datilografados/digitados, ou por meio eletrônico;

b) resumo da história clínica, hipóteses diagnósticas, tratamento realizado, evolução e o motivo do encaminhamento;

c) a não utilização de códigos ou abreviaturas;

d) nome legível do profissional e seu número de registro no órgão de controle de regulamentação da profissão, assinado e datado;

e) identificação da unidade de referência e da unidade referenciada.

O TERCEIRO PRINCÍPIO assegura ao cidadão o atendimento acolhedor e livre de discriminação, visando a igualdade de tratamento e a uma relação mais pessoal e saudável.

É direito dos cidadãos atendimento acolhedor na rede de serviços de saúde, de forma humanizada, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em função de idade, raça, cor, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, características genéticas, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, ser portador de patologia ou pessoa vivendo com deficiência, garantindo-lhes:

I. A identificação pelo nome e sobrenome, devendo existir, em todo documento de identificação do usuário, um campo para se registrar o nome pelo qual prefere ser chamado, independentemente do registro civil, não podendo ser tratado por número, nome da doença, códigos, de modo genérico, desrespeitoso ou preconceituoso.

II. Profissionais que se responsabilizem por sua atenção, identificados por meio de crachás visíveis, legíveis ou por outras formas de identificação de fácil percepção.

III. Nas consultas, procedimentos diagnósticos, preventivos, cirúrgicos, terapêuticos e internações, o respeito:

a) à integridade física;

b) à privacidade e conforto;

c) à individualidade;

d) a seus valores éticos, culturais e religiosos;

e) à confidencialidade de toda e qualquer informação pessoal;

f) à segurança do procedimento;

g) ao bem-estar psíquico e emocional.

IV. O direito ao acompanhamento por pessoa de sua livre escolha nas consultas, exames e internações, no momento do pré-parto, parto e

pós-parto e em todas as situações previstas em lei (criança, adolescente, pessoas vivendo com deficiências ou idoso). Nas demais situações, ter direito a acompanhante e/ou visita diária, não inferior a duas horas durante as internações, ressalvadas as situações técnicas não indicadas.

V. Se criança ou adolescente, em casos de internação, continuidade das atividades escolares, bem como desfrutar de alguma forma de recreação.

VI. A informação a respeito de diferentes possibilidades terapêuticas, de acordo com sua condição clínica, considerando as evidências científicas e a relação custo-benefício das alternativas de tratamento, com direito à recusa, atestado na presença de testemunha.

VII. A opção pelo local de morte.

VIII. O recebimento, quando internado, de visita de médico de sua referência, que não pertença àquela unidade hospitalar, sendo facultado a esse profissional o acesso ao prontuário.

O QUARTO PRINCÍPIO
assegura ao cidadão o atendimento que respeite os valores e direitos do paciente, visando a preservar sua cidadania durante o tratamento.

O respeito à cidadania no Sistema de Saúde deve ainda observar os seguintes direitos:

I. Escolher o tipo de plano de saúde que melhor lhe convier, de acordo com as exigências mínimas constantes na legislação, e ter sido informado pela operadora da existência e disponibilidade do plano referência.

II. O sigilo e a confidencialidade de todas as informações pessoais, mesmo após a morte, salvo de risco à saúde pública.

III. Acesso a qualquer momento, do paciente ou terceiro por ele autorizado, a seu prontuário e aos dados nele registrados, bem como ter garantido o encaminhamento de cópia a outra unidade de saúde, em caso de transferência.

IV. Recebimento de laudo médico, quando solicitar.

V. Consentimento ou recusa de forma livre, voluntária e esclarecida, depois de adequada informação, a quaisquer procedimentos diagnósticos, preventivos ou terapêuticos, salvo se isso acarretar risco à saúde pública. O consentimento ou a recusa dados anteriormente poderão ser revogados a qualquer instante, por decisão livre e esclarecida, sem que lhe sejam imputadas sanções morais, administrativas ou legais.

VI. Não ser submetido a nenhum exame, sem conhecimento e consentimento, nos locais de trabalho (pré-admissionais ou periódicos), nos estabelecimentos prisionais e de ensino, públicos ou privados.

VII. A indicação de um representante legal de sua livre escolha, a quem confiará a tomada de decisões para a eventualidade de se tornar incapaz de exercer sua autonomia.

VIII. Receber ou recusar assistência religiosa, psicológica e social.

IX. Ter liberdade de procurar segunda opinião ou parecer de outro profissional ou serviço sobre seu estado de saúde ou sobre procedimentos recomendados, em qualquer fase do tratamento.

X. Ser prévia e expressamente informado quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa, decidindo, de forma livre e esclarecida, sobre sua participação.

XI. Saber o nome dos profissionais que trabalham nas unidades de saúde, bem como dos gerentes e/ou diretores e gestor responsável pelo serviço.

XII. Ter acesso aos mecanismos de escuta para apresentar sugestões, reclamações e denúncias aos gestores e às gerências das unidades prestadoras de serviços de saúde e às ouvidorias, sendo respeitada a privacidade, o sigilo e a confidencialidade.

XIII. Participar dos processos de indicação e/ou eleição de seus representantes nas conferências, nos conselhos nacional, estadual, do Distrito Federal, municipal e regional ou distrital de saúde e conselhos gestores de serviços.

O QUINTO PRINCÍPIO
assegura as responsabilidades que o cidadão também deve ter para que seu tratamento aconteça de forma adequada.

Todo cidadão deve se comprometer a:

I. Prestar informações apropriadas nos atendimentos, nas consultas e nas internações sobre queixas, enfermidades e hospitalizações anteriores, história de uso de medicamentos e/ou drogas, reações alérgicas e demais indicadores de sua situação de saúde.

II. Manifestar a compreensão sobre as informações e/ou orientações recebidas e, caso subsistam dúvidas, solicitar esclarecimentos sobre elas.

III. Seguir o plano de tratamento recomendado pelo profissional e pela equipe de saúde responsável pelo seu cuidado, se compreendido e aceito, participando ativamente do projeto terapêutico.

IV. Informar ao profissional de saúde e/ou à equipe responsável sobre qualquer mudança inesperada de sua condição de saúde.

V. Assumir responsabilidades pela recusa a procedimentos ou tratamentos recomendados e pela inobservância das orientações fornecidas pela equipe de saúde.

VI. Contribuir para o bem-estar de todos os que circulam no ambiente de saúde, evitando, principalmente ruídos, uso de fumo, derivados do tabaco e bebidas alcoólicas, colaborando com a limpeza do ambiente.

VII. Adotar comportamento respeitoso e cordial com os demais usuários e trabalhadores da saúde.

VIII. Ter sempre disponíveis, para apresentação, seus documentos e resultados de exames que permanecem em seu poder.

IX. Observar e cumprir o estatuto,

o regimento geral ou outros regulamentos do espaço de saúde, desde que estejam em consonância com esta carta.

X. Atentar para situações da sua vida cotidiana em que sua saúde esteja em risco e as possibilidades de redução da vulnerabilidade ao adoecimento.

XI. Comunicar aos serviços de saúde ou à vigilância sanitária irregularidades relacionadas ao uso e à oferta de produtos e serviços que afetem a saúde em ambientes públicos e privados.

XII. Participar de eventos de promoção de saúde e desenvolver hábitos e atitudes saudáveis que melhorem a qualidade de vida.

O SEXTO PRINCÍPIO
assegura o comprometimento dos gestores para que os princípios anteriores sejam cumpridos.

Os gestores do SUS, das três esferas de governo, para observância desses princípios, comprometem-se a:

I. Promover o respeito e o cumprimento desses direitos e deveres com a adoção de medidas progressivas para sua efetivação.

II. Adotar as providências necessárias para subsidiar a divulgação desta carta, inserindo, em suas ações, as diretrizes relativas aos direitos e deveres dos usuários, ora formalizada.

III. Incentivar e implementar formas de participação dos trabalhadores e usuários nas instâncias e nos órgãos de controle social do SUS.

IV. Promover atualizações necessárias nos regimentos e estatutos dos serviços de saúde, adequando-os a esta carta.

V. Adotar formas para o cumprimento efetivo da legislação e normatizações do sistema de saúde.

I – RESPONSABILIDADE PELA SAÚDE DO CIDADÃO

Compete ao município "prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população" – Constituição da República Federativa do Brasil, art. 30, item VII.

II – RESPONSABILIDADES PELA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990

A. Dos Governos Municipais e do Distrito Federal:

1. Gerenciar e executar os serviços públicos de saúde.

2. Celebrar contratos com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como avaliar sua execução.

3. Participar do planejamento, programação e organização do SUS em articulação com o gestor estadual.

4. Executar serviços de vigilância epidemiológica, sanitária, de alimentação e nutrição, de saneamento básico e de saúde do trabalhador.

5. Gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.

6. Celebrar contratos e convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, assim como controlar e avaliar sua execução.

7. Participar do financiamento e garantir o fornecimento de medicamentos básicos.

B. Dos Governos Estaduais e do Distrito Federal:

1. Acompanhar, controlar e avaliar as redes assistenciais do SUS.

2. Prestar apoio técnico e financeiro aos municípios.

3. Executar diretamente ações e serviços de saúde na rede própria.

4. Gerir sistemas públicos de alta complexidade de referência estadual e regional.

5. Acompanhar, avaliar e divulgar os seus indicadores de morbidade e mortalidade.

6. Participar do financiamento da assistência farmacêutica básica e adquirir e distribuir os medicamentos de alto custo em parceria com o governo federal.

7. Coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, alimentação e nutrição e saúde do trabalhador.

8. Implementar o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados juntamente com a União e municípios.

9. Coordenar a rede estadual de laboratórios de saúde pública e hemocentros.

C. Do Governo Federal:

1. Prestar cooperação técnica e financeira aos estados, municípios e Distrito Federal.

2. Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde.

3. Formular, avaliar e apoiar políticas nacionais no campo da saúde.

4. Definir e coordenar os sistemas de redes integradas de alta complexidade de rede de laboratórios de saúde pública, de vigilância sanitária e epidemiológica.

5. Estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras em parceria com estados e municípios.

6. Participar do financiamento da assistência farmacêutica básica e adquirir e distribuir para os estados os medicamentos de alto custo.

7. Implementar o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados, juntamente com estados e municípios.

8. Participar na implementação das políticas de controle das agressões ao meio ambiente, de saneamento básico e relativas às condições e aos ambientes de trabalho.

9. Elaborar normas para regular as relações entre o SUS e os serviços privados contratados de assistência à saúde.

10. Auditar, acompanhar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, respeitadas as competências estaduais e municipais. ■

AVISO: Quando não consta, o prefixo do telefone é 11.

SALAS – HORÁRIOS – PERÍODOS CONSULTÓRIOS – CONJUNTOS

ALUGAM-SE

Alto da Lapa, trav. R. Pio XI. Salas alto padrão p/ cons., c/ toda IE, aparelho de USG. Integral, período ou p/ hora. Divisão de despesas. Fones 3836-2094 e 7171-7792, após 13h Dra. Helena

Auditório para 12 pessoas, com toda IE, para cursos, conferências, reuniões, apresentações especiais. Fone 6215-2951

Casas com todo conforto, lareira, churrasqueira, limpeza etc, para jornadas, congressos, finais de semana, feriados, temporadas de julho. Fones (19) 3427-3298, 9608-4448 e (12) 3663-4238

Consultórios inteligentes p/ áreas médicas e afins. Finamente decorados, em ambiente luxuoso. Estac. c/ manobrista. A partir R$ 30,00 a hora, horários flexíveis, incluso recepc., manobrista e limpeza. R. Pio XI, City Lapa. Fone 7362-4846 Célio

Consultório médico para colegas, finamente decorado. R. Francisca Julia, 602 – Santana. Fone 6950-5044

Casa para clínica. R. Cristiano Viana, 201 e 207. Terreno de 10 X 50m, com estacionamento. 08 salas, área de atendimento, depósito e almoxarifado. Fone 8276-0004

Consultório médico de alto padrão. R. Pio XI, Lapa, c/ toda IE, estacionamento, internet Wi-Fi. Intregral ou período, inclusive para psicólogos, fonoaudiólogos e nutricionistas. Fones 3644-4043 e 3644-3274

Consultórios no Jardim Paulista, recepção treinada, estacion. (valet), recepção, com ar condicionado. Fones 3884-8984 ou 9583-8807 Liliane

Consultório médico c/ toda a IE, alto padrão, casa em ótima localização, entre metrô Vila Mariana e Chácara Klabin. Salas por períodos ou mensal, todas as especialidades. Fone 5571-5686

Conjunto av. Cidade Jardim, esquina com av. Faria Lima; área útil de 122 m², 04 salas, recepção, copa e 02 banheiros. Fone 3034-0663 Rubens

Conjunto mobiliado, computadorizado, com secretária e 40 planos de saúde, para a área de ginecologia. Penha. Fone 7332-6090 Fabiana

Conjunto coml. alto padrão, 50m do Hosp. Sírio Libanês, toda IE, recepção refinada, ampla sala de consulta, 02 banhs., secretária, tel., internet, ar cond., serviço de café, estac. próprio p/ médico e terceirizado. Fone 3442-0263 dra Patricia

Consultório à av. Itaberaba, 565 – Freguesia do Ó – p/ especialidades de ginecologia/obstetrícia e pediatria. Fone 3931-5734 Andréia

Consultório de altíssimo padrão. Campo Belo Medical Center, edifício onde há a unidade avançada do Oswaldo Cruz. Novíssimo, elitizado. Fone 7336-1921

Consultórios p/ período ou mensal, c/ toda IE, fone, fax, secretária e serviços. Centro médico Oswaldo Cruz. Pça. Amadeu Amaral, 47. Fone 3262-4430 Daniela

Clínica localizada em Santo André. R. das Bandeiras, c/ completa IE, disponível de 2ª a sábado. Gineco, Endócrino ou Dermato. Fones 4432-2228 e 4438-5545

Dividem-se 02 consultórios para cliente particular, ao lado do Shopping Villa-Lobos. Fone 3024-7491

Higienópolis Medical Center. Conjunto para consultório, 64m² úteis, 02 vagas, real oportunidade bem abaixo do mercado. Fone 4169-5521 Helena

Horários em salas mobiliadas com secretárias, estacionamento para clientes e atendimento a convênio, pela clínica. Repasse no valor integral das consultas. Fone 3064-4552

Período em consultório médico, nutricionistas ou psicólogos, c/ toda IE, nos Jardins, alto padrão, secretária, telefone e vaga na garagem. Fone 9781-7297

Período manhã e tarde, em consultório mobiliado, com toda IE, av. Paulista, 648, cj. 913, 9º andar, próximo à estação Brigadeiro do metrô. Fones 3284-3793 e 3289-1970

Períodos numa sala em Perdizes, para profissionais da saúde. Fones 3871-2511, 3672-0359 ou 9931-2713 dra. Afra ou Ana

Períodos em sala comercial, c/ toda IE, em prédio de alto padrão, no Tatuapé, próxima à pça. Silvio Romero. Atende GO e Dermato. Fones 6190-7707 e 8181-4122 Vanessa e Adriana

Sala ampla em casa (sobrado), com IE, secretária e com estacionamento ao lado. Para médicos e outros profissionais de saúde. Vila Olímpia. Fone 3044-5341

Sala em consultório, com infra-estrutura, para profissionais da saúde, em centro médico de alto padrão. Higienópolis. Fones 3813-4630 e 9946-2212 Roberto

Sala por período. R. Vergueiro, próxima à estação Vila Mariana do metrô. Fones 5549-1031 e 5087-4311

Sala no Higienópolis Medical Center, com toda IE. R$ 350,00/período. Fone 2114-6565 Luci

Sala p/ consultório, c/ toda infra-estrutura. Al. dos Jurupis, 452, cj. 32. Fone 5051-0799 Valkiria

Sala em clínica médica na Vila Mariana, ao lado do metrô Ana Rosa. Fone 5549-9622

Sala em clínica de alto padrão no Jd. Paulista, c/ IE completa, av. Brigadeiro Luiz Antônio, 4277. Fones 3052-3377 ou 3887-6831

Sala para médico, na região Oeste. Exceto para Pediatra. Fones 3733-8263 e 3731-7442

Sala ou período em clínica de alto padrão, c/ IE, secretária, estacionamento, telefone, fax e ar condicionado. Em funcionamento c/ dermato. Fone 3813-7872 Jucinéia

Salas para médico, psicólogo, período ou integral, em consultório com toda IE, na Vila Mariana. Fones 5575-5170 e 9980-6436 Cristina

Sala em consultório de alto padrão, com IE completa, na Aclimação. Fone 3277-3293 Cleo

Sala para consultório, por período. R. Vergueiro, próxima à estação Vila Mariana do metrô. Fones 5540-1031 e 5087-4311

Sala para consultório em clínica de pediatria e psicologia, para profissionais da saúde. Infra-estrutura. Próxima ao metrô Santa Cruz e Unifesp. Fone 5575-3694 Vanda

Sala em clínica ampla e agradável, para profissionais da saúde, c/ vagas p/ carro. Mensal ou período. R. Dr. Mário Cardim, 596, V. Mariana. Fones 5575-1077 e 5574-6083 ou 9296-1580

Salas e/ou períodos em centro médico de alto padrão nos Jardins, próx. HC. Salas equipadas, c/ toda IE. Funciona de 2ª a sábado. Fones 3064-4011, 3082-0466 e 9175-8707 Daniel

Faria Lima, ao lado do Shopping Iguatemi, com 02 salas, em consultório médico, com IE completa. Fone 3812-6092 Vania, das 8h às 17h

Salas c/ toda IE, no Tatuapé, r. Coelho Lisboa, c/ ótima localização, em prédio de alto padrão. Próx. Hosp. São Luiz/Shopping Metrô Tatuapé. Fones 6671-8611 e 9599-1479 sra. Cleusa

Salas ou cons. p/ profissionais da área da saúde. Clínica de alto padrão, casa térrea c/ toda IE, jardim, recepcionista das 8h às 20h. Paraíso. Fones 5572-0299 e 5573-0035

Salas, podendo ser unificadas, 34m² cada, em ótimo prédio nos jardins, copa, banheiro e garagem individuais, próximas à av. 9 de Julho e r. Oscar Freire. Fones 5908-6883 e 7140-5255

Salas p/ consultório. Período ou integral, para profissionais da saúde. Pompéia. Fones 3872-1859 e 9509-0290

Salas ou ½ período, clínica c/ alvará, secretária, estacionamento, ar cond., telefones, fax, sala de pequena cirurgia, em Santo Amaro. Em funcionamento, dermato. Fones 5543-9160 e 8285-8128 Jorge

Salas p/ profissionais da área da saúde, em clínica bem montada, c/ toda IE, próximas ao metrô Santana. Período, hora ou mensal. R$ 15,00 a hora. Fones 2281-7530, 2959-2493 e 2976-2784

Salas amplas em casa (sobrado), em consultório médico. Fones 3167-6634 e 3078-8320

Salas ou ½ período em clínica médica. Moema, próx. shop. Ibirapuera, casa térrea, ar cond. pabx., polimed, alvarás, sala pq. cirurgia., estac. Fones 5543-4369 ou 9982-2543 dr. Olivério

Salas ou períodos p/ médicos de todas as especialidades ou profissionais de outras áreas. Fone 3885-2148 Henrique

Salas em clínica c/ IE completa, centro cirúrgico, internação p/ cirurgia plástica, vascular, mão, ou dermatologista. A sala está disponível no período da manhã. Paraíso. Fone 3884-4907

Salas. R$ 15,00 por hora, ZN, Imirin, 18 anos de funcionamento, c/ toda IE e mobiliada. Imóvel comercial regularizado, c/ auto de alvará e func. da prefeitura. Fone 2236-4285

Salas p/ médicos e áreas afins, mensal ou p/ período de 6h, clínica alto padrão, c/ IE, próx. metrô Paraíso, Central Park e 23 de maio. R. Estela, 455. Fones 5571-0190, 5083-9468 e 5083-9469

Salas ou períodos em clínica de alto padrão, localizada próximo ao Hospital Beneficência Portuguesa. IE completa. Fone 3284-8742 Isaura

Salas em clínica c/ infra-estrutura completa, ótimo padrão, prédio novo. Períodos/integral, Aclimação, 20 metros do metrô Vergueiro. Fone 3271-7007 Elizabeth

Vendo ou alugo, Conjunto Nacional. Av. Paulista. R$ 790 mil ou aluguel, por R$ 7.900,00, cj. 264m² úteis, c/ vários ambientes, mais 03 vagas. Fone (19) 9771-7747 ou azulebranco@uol.com.br

IMÓVEIS

ALUGAM-SE

Casa para clínica e consultório. Av. Pacaembu. Esquina 513 m², 525m² área total. Amplos salões ou 11 salas. 12 vagas, IPTU R$ 465,00. Fone 3064-2040 Heloisa

Apto. Flat, c/ 01 dorm., sala, cozinha, banheiro, próximo ao Hospital Paulistano (Região da Paulista). Fone 9123-9617 ou 5084-3648

Apto. Guarujá/Enseada. Cobertura, p/ temporadas e fins de semana. Toda IE. TV colorida, forno micro, 02 dorm, c/ piscina, churrasqueira, 01 vaga de garagem. Fones 5573-9478 e 9529-1968 Sun

Apto. c/ 02 dorm., 01 suíte. Prédio Condomínio Clube, em frente ao metro Paraíso. Fone 9561-4146

Apto. 02 dorm., 02 wc, AE, c/ armários, garagem. Área útil de 82 m². Brooklin. Ótimo local. Fone 5561-0667, à noite, Rosana

Casa no Litoral Norte, condomínio fechado. Morada da Praia Boracéia. Rodovia Rio-Santos, km 193. Temporadas e finais de semana. Fones 8338-9075 e 4748-2944 dr. Abel

Chácara para fim de semana em Serra Negra (SP), c/ piscina, lago, galpão para churrasco, trilha. 10 a 17 pessoas. Fone 3082-1727, das 14h às 20h, Eliete

Guarujá, Enseada (atrás do Aquário), 100 m da praia, c/ vista p/ o mar, 03 dorm., 01 suíte, depósito de empregada, 100 m² AU, mobiliado. R$ 1.800,00. Fones 3078-4919 e 8168-6868

Imóvel totalmente adaptado para clínica, c/ licença de funcionamento. Gde. sala de espera, 04 salas de atend., banhs., vestiário, copa, ar cond.. R. Leôncio de Carvalho, 308 – Paraíso. Travessa da av. Paulista. Fone 8381-6883 Mônica

Temporada. Casa na praia da Baleia. Litoral Norte, condomínio fechado, 10 pessoas, férias e feriados. Fones 9178-6473 e 5181-9042

IMÓVEIS

VENDEM-SE

Lote. Guarujá Central Parque Enseada. Condomínio fechado, c/ ampla estrutura e segurança privada. Lote plano com 670m². Condomínio e IPTU em dia. R$ 180 mil. Direto com o proprietário. Fones 9393-8104 e 3262-1763

Apto. novo, com armários, cozinha, piso, 03 dormitórios, 03 vagas, churrasqueira na varanda, prédio c/ total lazer. Fone 3255-4306 Anita

Apto. em Moema, excelente localização, 145m², 03 dormitórios, sala íntima, sala c/ terraço, 03 vagas de garagem, todo reformado. R$ 380mil. Fone 5579-0177 Rosângela

Apto. no Costão do Santinho Resort. Contato: antonakopoulos@hotmail.com

Casa de revista. Praia de Boissucanga, pé da serra de Maresias. Arejada e ensolarada. Pé direito duplo. 03 dorm., 01 suíte c/ hidro de granito. Rua s/ saída. AT c/ 1065 m². Frente 20m. AU 406m². Fotos http://fotos.terra.com.br/album.cgi/w.singal . Fone 9114-3927 Glaucia

Terreno 22.863m², av. Agrimensor Sugaia, 1395, Itaquera. Fone 9609-4016 Neil

Imóvel comercial belíssimo, c/ 380m². Próximo ao metrô Ipiranga, c/ várias salas, wc. 106m² de estacionamento. Rua tranqüila. R$ 550 mil. Aceito permuta. Fone 5061-7943 Clarisse

Guaratuba II, imperdível. Próximo à praia, condomínio fechado 24 horas. Casa 380 m², semi-nova. Metade do preço: R$ 580 mil. Fones 5072-9646 e 9672-4240

250 m² de AC em terreno 10 x 25 m; 03 gar, 02 entradas isoladas, 09 salas, 02 jardins de inverno, 04 banhs., copa etc. Piso em ardósia. PABX, porteiro eletrônico. Excelente local, 02 quadras do metrô. Fone 5573-1332

Apto. de 03 dormitórios (suíte), escritório, wc, área de serviço, garagem e armários. Brooklin. Ótimo local. Fone 5561-0667 Rosana, à noite

Apto. Ubatuba, P. Grande, alto padrão, 300 m² de área total, 03 suítes, frente ao mar, mega varanda c/ churrasqueira, 03 garagens, ofurô, spa squash, 02 piscinas, 01 aquecedor etc. R$ 820 mil. Fone (12) 9146-4550

Apto. ót. Estado, 02 dorms., sala, cozinha, 02 wc, domr. empregada, área de serv., 01 gar.. 02 aptos. por andar. Próximo ao Hospital Paulistano. AU de aproximadamente 100 m². Fones 9986-5027 e 6839-2559 hc

Centro SBC, clínica de fono e psicologia, c/ 23 de anos de atividade e muitos convênios. Fone 9251-8026 Silvana

Clínica Dr. Aldir Mendes de Souza, vendo ou alugo clínica de cirurgia plástica, c/ sala de procedimentos, atendimento e sala de espera. R. Tamandaré, 693. Fone 3208-7154

Ibiúna, sítio c/ plantações aromáticas (pitanga, louro, pripriocа etc). Toda IE p/ destilação de óleos essenciais, c/ laboratório certificado, estufas agrícolas, lagos, nascentes. Casas de alto padrão. www.gardencity.com.br Fone 3237-1565 Luis

Itaquera, vendo ou alugo terreno de 22.863m², av. Agrimensor Sugaia, 1395. Fone 9609-4016 Neil

Lindo chalé, c/ 450 m² de AU, em terreno de 1000 m², em alvenaria, c/ 02 andares e 08 dorms., escr, varandão p/ o Morro do Cristo. R$ 475 mil. Imóvel serve p/ clínica de repouso, p/ lazer de família ou pequeno clube. Fone (12) 3663-1420

Lote Balnearário. Praia Grande. 13 X 28,63m (372m²), 30 m da av. Beira Mar. R$ 50 mil. Fone 3208-2406

Lotes 21 e 22, total de 600 m², em frente ao portão do Pq do Carmo. Fones 6671-8611 e 8231-8294 sr. Francisco

Paraíso, apto. novo, 1º andar, c/ 262 m² AU, 04 suítes, 04 vagas, dep. individual, lareira, churrasqueira, sacada panorâmica. R. Rafael de Barros, 336, Paraíso. R$ 1.200.000. Fone 3884-2798

Praia Grande – Vila Tupi/ Assumpção, apartamento todo reformado c/ 01 quarto, 58 m² de área útil. Aceito troca (carro ou imóvel). Fones 6197-0483 e 9629-3983

Parque da Mooca, clínica em amplo sobrado, com 04 salas. Fone 6606-2800 Marta

Santo André, conjunto bem localizado, pronto p/ uso. 03 salas, sala de espera, 02 banhs., copa, ar cond. central. Preparado p/ informática, telefonia e som. Fone 9943-6177 Pedro

Sítio. Centro de plantas medicinais e aromáticas, próximo de São Paulo – Capital. Em produção, c/ estufas, plantações, laboratórios, extratores, licença sanitária. Perfeito para fornecimento de ativos naturais p/ cosméticos e medicamentos. Fone 3159-2470

EQUIPAMENTOS

VENDEM-SE

Aparelho de depilação definitiva a laser, semi novo, SPA Touch, seguro pele branca e negra. Com assistência técnica em SP. R$ 28.500,00. Fones 3447-7660 e 3682-5460 Lilian

01 Colposcópio DF Vasconcellos c/ sistema de rodízio CP-M109 Bivolt /objetiva 250mm, aumenta 20x, 01 mesa auxiliar p/ consultório c/ rodízio, 01 negatoscópio, 01 eletrocautério Imbracrios, 01 balança Imbracrios, 01 mocho branco, 01 estufa, 01 arquivo de 03 gavetas pequeno Tok-Stok, 01 aparelho de fax Panasonic KX F1020, 01 impressora HP Office jet Pro 1150 C, 01 frigobar Brastemp. Fone 7611-7616

Microscópio cirúrgico. DF Vasconcellos p/ ORL e OFT. Pouquíssimo uso. R$ 7.500,00. Fone 9719-8041 dr. Roberto

MESA ginecológica com gabinete, em fórmica, c/ suporte p/ colposcópio, 01 eletrocautério, 01 foco de luz, 01 colposcópio e 01 banqueta giratória. Tudo em excelente estado de conservação. Fone 9911-9988

Mesa gineco da marca DF Vasconcelos e aparelho de ultra-som da ALOKA SSD 500, c/ sonda transvaginal, todos em bom estado de conservação. Fone 9265-9498 Fátima

MESA ginecológica, marca MIDMARK, modelo 404, bastante resistente, versátil, com vários recursos e muito bem conservada. R. Borges Lagoa, 564, cj. 114, Vila Clementino. Fones 5573-4438 e 5084-9636 Joseph

Anestesia - Carrinho marca TAKAOKA e OXÍMETRO de PULSO DIXTAL. Bom preço. Fone 9985-2081 e 5575-5170

Laparoscópio, diversos, insuflador, fonte de luz, trocartes descartáveis de vários tamanhos, novos, pinças e tesouras descartáveis novas e caixa de materiais cirúrgicos convencional. Fone 6215-2951 Fátima

Microscópio biocular com 04 objetivas, marca Olympus. Fone 3285-2826 Fernando

Mesa ginecológica estofada, c/ suporte p/ colposcópio, 02 bancos giratórios, 01 divã clínico, material para cirurgia vaginal, 03 Z clamps, 01 estufa, 02 focos de luz, ultra-soma Aloka 210 dx c/ printer Sony e monitor. Fones (19) 3807-9607 e 3807-9605

Monitor multip. (04) Dixtal, monocromático D2010, c/ 01 oxímetro de dixtal, DX 2515 e 01 monitor solo Dixtal, todos s/ uso e nas caixas. R$ 10.250,00. 01 desfibrilador ecafic df 03, na caixa, R$ 4.200,00. 01 bisturi eletrônico Wem, 100s, mod. SS 100 mc, na caixa, R$ 2.500. Fones 3531-6670 e 3531-6651 Pedro ou Valdelice

Centrífuga Fanen, excelsa baby para 06 tubos. Fone 3285-2826 Fernando

Colposcópio alemão com pouco uso. R$ 3 mil. Fones 5533-7692 e 5181-7364

Videolaparoscópio Storz, monitor Sony 14". Câmera 01 Chip-insuflador, alto fluxo 30 lit p/ min. Cabo de fibra óptica, vídeo JVC 04 cabeças, carrinho c/ aterramento, fonte de luz Xenon 175 w. R$ 35 mil. Fones 6950-4227 r. 209/210/211 Patricia

PROFISSIONAIS

VIGILÂNCIA SANITÁRIA
VLADIMIR SCHWARTZMANN
Arquiteto Hosp. Projetos e Alvarás
20 anos de exp. na Secret. da Saúde
F: 3082-3617/Cel: 9115-0415

CClínica em Santo André oferece toda infra-estrutura (incluindo credenciamento de convênios) para a realização de Endoscopia e Colonoscopia. Fone 9609-7672

Clínica na Zona Norte necessita de endócrino, geriatra, reumato, gastro, pneumo, psiquiatra, ortopedista, pediatra e cirurgião vascular. Fone 3531-6651 Valdenice e Valéria

Treinamento e Consultoria
Álvaro Municipal e Sanitário
CNES, AVCB
CADRI; CADAN e Limpurb
Fones:3901-6734/7292-5300
www.rdconsultoria.com.br

Clínica procura médico gastro e cirurgia plástica do aparelho digestivo p/ atendimento na região de Higienópolis. Toda IE. Ótima remuneração. Fone 3666-7044 Fátima

Médico p/ qualquer espec. p/ dividir cons. dermato montado, alto padrão, c/ recepção, wc, p/ pacientes. 02 salas de consulta, 01 sala de procedimento, wc p/ uso interno. Exec. Localização. 02 quadras da av. Paulista. Fone 3283-3257, das 14h às 20h, Cristina

Médico endocrinologista e clínico. Enviar CV para endonutro@gmail.com

Médico pediatra para instituição no Morumbi, enviar currículo para pediatriamorumbi@terra.com.br

Médicos ultra-sonografistas para plantões de 4, 6 e 8 horas, p/ várias regiões em SP. Remuneração R$ 70 p/ hora. E-mail: cra@centralcoop.com.br . Fones 3255-7237 e 3231-0537

Médico pediatra. Instituição região Itaim/ Moema, plantão 12 horas, enviar currículo para medpediatria@terra.com.br

Médico. Instituição de grande porte iniciará atividades na região Anália Franco/Tatuapé. Enviar currículo para pediatriatatuape@yahoo.com.br

Ultra-sonografista para região do ABC. Fones 4437-2489 ou 4438-0650 Ana ou Cibeli

OUTROS

Tucson preta, 6cc, 4x4, ABS, controle de tração, couro, completa, estado de 0km, IPVA pago, comparada em 09/2007. Fones 9974-6061 e 3052-2029 Marcelo

Tampo de vidro de 15mm para mesa de escritório. 1,50 X 0,86, c/ bisotê de 3 cm. R$ 320,00. Fones 9993-1493 e 3673-1249, à tarde, Celso

MBA FGV

MBA EXECUTIVO EM SAÚDE

O MBA Executivo em Saúde da FGV Alphaville é um curso de Pós-Graduação Lato Sensu inovador, que proporciona uma visão macro e micro do ambiente da Saúde, que aborda conceitos e práticas gerenciais. O curso é essencial para profissionais que pretendem compreender os atuais modelos de gestão aplicados às Organizações Hospitalares e Sistemas de Saúde para que possam acompanhar a evolução pela qual passa a Saúde - seja ela tecnológica, mercadológica, epidemiológica ou referente à regulação estatal e ainda assim oferecer um atendimento de qualidade.

Seja um aluno FGV e torne-se um referencial na área da Saúde.

Últimas Vagas para a Turma de Junho de 2008.

www.fgvalphaville.com.br
atendimento@fgvalphaville.com.br

(11) 3711.1000 ▪ 0800 77 22 788

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

Trevisan
OUTSOURCING

25 ANOS Trevisan

Cuide do seu paciente. A Trevisan cuida da sua saúde administrativa.

Soluções em Outsourcing para a Área de Saúde

A Trevisan Outsourcing é uma empresa líder em terceirização de processos de negócios (BPO), que abrange serviços administrativos, contábeis, fiscais, financeiros e gestão de pessoas, criada a partir da identificação de necessidades dos clientes.

Fundada em 1983 por Antoninho Marmo Trevisan, desde 1999 abriga também a Trevisan Escola de Negócios, única faculdade criada por uma empresa de auditoria e consultoria, expandindo sua vocação como multiplicadora de conhecimento e instituição voltada para o aperfeiçoamento e a atualização profissional.

A Trevisan Outsourcing se aprofundou na área de saúde para conhecer características e demandas do mercado. Assim desenvolveu um serviço que realiza atividades de back office e atende a processos específicos do setor, como **gestão de glosas, assessoria no relacionamento com operadoras, sublocação de consultórios, atendimento ao padrão TISS e processos de acreditação.**

Mantenha o foco no seu Cliente.
A Trevisan resolve os seus processos de Back Office.

Trevisan ESCOLA DE NEGÓCIOS
INSCRIÇÕES ABERTAS
VESTIBULAR 20 julho 2008
www.trevisan.edu.br

www.trevisanoutsourcing.com.br
SP • 55 11 3138-5316, Fax 55 11 3138-5004
RJ • Tel/Fax 55 21 2232-0054
nucleosaude@trevisan.com.br

CONSULTORIA ESCOLA DE NEGÓCIOS OUTSOURCING

A CVC é a única operadora que oferece viagem grátis no período das férias.

Com os nossos pacotes, **crianças acompanhadas por adultos viajam de graça**. Em julho, no Natal, no Réveillon ou em janeiro, você não paga nada para levar suas **crianças de até 12 anos** nas suas viagens. Quer dizer, além de você e da sua família, seu bolso também vai tirar férias. Aproveitando esta promoção, você escolhe o destino e viaja acompanhado com até duas crianças sem pagar a mais por isso. São **mais de 50 hotéis** localizados nos principais pontos turísticos do Brasil. Não perca esta chance de programar sua viagem mais cedo e economizar na hora de tirar férias. Mas seja rápido, pois esta **promoção é válida por tempo limitado**.

Convênio CVC Turismo e APM.
Facilitando viagens para médicos, afinal eles sabem melhor do que ninguém como o estresse é prejudicial à saúde.

Para reservas e informações, ligue: 2146-7011/3188-4560
www.cvc.com.br ou consulte seu agente de viagens.

CVC
Sonhe com o mundo.
A gente leva você.